

ATA NÚMERO 5

Sessão Ordinária de 29 de abril de 2026

----- Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Amarante, em sessão ordinária, devidamente convocada, nos termos do n.º 1 do artigo 14.º do respetivo Regimento, para ter início às vinte horas, com a seguinte ordem do dia: -----

1. **Relatório de atividades e situação financeira do Município** - Para conhecimento;-----
2. **Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao segundo semestre de 2025** - Para conhecimento;-----
3. **Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2025** - (Registo n.º 3151/2026/04/16); -----
4. **Contratos de colaboração para execução de obras de reconstrução e reabilitação do património e das infraestruturas municipais danificadas pelas intempéries** - (Registo n.º 3156/2026/04/16); -----
5. **Contratação de seguros do Município** - Fixação dos valores das coberturas - (Registo n.º 303/2026/01/13);-----
6. **Afetação de parcela de terreno ao domínio público municipal** - (Registo n.º 5288/2026/03/10); -----
7. **Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações** | Relatório anual | 2025 - (Registo n.º 2102/2026/03/11) - Para conhecimento; -----
8. **Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas** | Relatório de avaliação anual | 2025 - (Registo n.º 3061/2026/04/14) - Para conhecimento.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, assumiu a presidência da Mesa, sendo coadjuvado por Carlos Marques da Silva Macedo, como primeiro secretário, e Cláudia Daniela Mota Silva, como segunda secretária.-----

----- Feita a chamada, verificou-se que estavam presentes os/as seguintes membros: -----

-----Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, Fernando Fernandes de Sampaio, António Ferreira Soares Araújo, Cândido Augusto Pires Zoio, Eugénia Margarida Pinto Soares Vieira, Filipe Emanuel de Sousa Macedo, Sara Luísa Magalhães Maia, Vítor Manuel Briga Rei, Raimundo de Magalhães Carvalho, Daniel António Teixeira Pinheiro (em substituição de Ana Isabel Pereira Ferreira), Fábio da Silva Vasques Pacheco, António Fonseca Brandão (em substituição de Paulo Alexandre Fonseca Pinto de Vasconcelos), João Manuel Alves Pinheiro, Amélia Maria Gomes de Oliveira, Sandra Castro Fraga, Cláudia Daniela Mota Silva, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, Carlos Alberto Freitas Miranda, Tiago André da Silva Rodrigues, Pedro Manuel Pinto Ribeiro, Cláudia Sofia Pereira Monterroso, Scheila Ribeiro Cavallaro, Carlos Marques da Silva Macedo, Miguel André Carvalho Varejão, Alberto Joaquim Alves Ribeiro e Lúcia Filipa Teixeira Brás. -----

-----Presidentes de Junta de Freguesia, ou seus/suas representantes: Ansiães – Carlos Manuel Gonçalves Carvalho; Candemil – Ana Sofia Marinho Briga; Fregim – André Moura Macedo; Fridão – Nuno Alexandrino Andrade Marinho; Gondar – Álvaro Oliveira Pereira; Gouveia (São Simão) – Joaquim de Oliveira; Jazente – Daniela Conceição Teixeira Ribeiro; Lomba – José Filipe de Jesus Carvalho; Louredo – António Jorge Barbosa Torres; Lufrei – António Alexandrino Ferreira de Magalhães; Mancelos – Ricardo Samuel Teixeira Alves; Padronelo – Luís Ribeiro Silva; Rebordelo – Sandra Patrícia Nogueira Costa; Salvador do Monte – Pedro Davide Leite Fernandes; Telões – Ivone Sofia Pinto Ribeiro; Travanca – Fernando José Teixeira da Cunha; Vila Caiz – José António Pereira Ferreira; Vila Chã do Marão – Rui Filipe Silva Coelho; Vila Meã – Henrique Manuel Ribeiro de Sousa; União das Freguesias de Aboadela, Sanche e Várzea – Lúcia Sofia Teixeira Ribeiro; União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo), Madalena, Cepelos e Gatão - Carlos Gonçalo Teixeira Pereira; União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei – Jorge Manuel da Silva Gomes; União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina) – António Samuel Silva Cardoso; União das Freguesias de Freixo de Cima e de Baixo – Hélder Joaquim Pires Carvalho; União das Freguesias de Olo e Canadelo – Francisco José da Costa Gomes Leite; e União das Freguesias de Vila Garcia, Aboim e Chapa – Manuel Rodrigo Coelho da Silveira. -----

-----Pediram a substituição ou justificaram a respetiva falta, os/as Senhores/as deputados/as: Ana Isabel Pereira Ferreira (substituída por Daniel António Teixeira Pinheiro) e Paulo Alexandre Fonseca Pinto de Vasconcelos (substituído por António Fonseca Brandão). -----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo Senhor Presidente Câmara Municipal, António Jorge Vieira Ricardo, e pelos/as Senhores/as vereadores/as: Américo Paulo da Silva Ribeiro, Eugénia Fernanda Moreira Teixeira, Ricardo Daniel Pinto Soares Vieira, Anabela Carvalho Borges de Sousa Lopes, Fernando José de Moura e Silva e Lino Manuel dos Santos Macedo. -----

-----Seguidamente, após verificação do quórum, pelas vinte horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. ---

-----De imediato, procedeu-se ao ato de tomada de posse do Senhor deputado António Fonseca Brandão. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

-----Nos termos do disposto na alínea a), n.º 2, do artigo 17.º do Regimento, procedeu-se à apreciação e votação da ata n.º 4, de 27 de fevereiro de 2026, tendo o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pedido dispensa da sua leitura em voz alta, uma vez que a mesma foi previamente disponibilizada na plataforma informática. Não havendo inscrições para usar da palavra, procedeu-se à votação da ata, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Não participaram na votação desta ata, por terem estado ausentes da respetiva sessão, os/as Senhores/as membros: Sara Luísa Magalhães Maia, Carlos Alberto Freitas Miranda, Alberto Joaquim Alves Ribeiro, José Mário de Miranda Pinto, António Fonseca Brandão; e o senhor presidente da União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei. -

-----De seguida, deu conhecimento da correspondência recebida mais relevante, desde a última sessão, destacando o parecer da CCDR-N, datado de 09.04.2026, o qual tinha sido previamente disponibilizado na plataforma informática, na sequência do requerido pelo Grupo Municipal do PS, relativo à aprovação do Regimento. -----

-----Deu também conhecimento da comunicação apresentada pelo Senhor Vereador Fernando Moura e Silva, relativa ao exercício de funções em regime de não exclusividade. Referiu que o eleito local comunicou o exercício de funções privadas não remuneradas em diversas entidades cooperativas e associativas, requerendo o respetivo registo e encaminhamento à Assembleia Municipal para conhecimento. ---

-----Seguidamente, nos termos da alínea c), n.º 2, do artigo 19.º do Regimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da entrada na Mesa de uma recomendação referente à implementação do Orçamento Participativo Verde em Amarante, subscrita pelo grupo municipal do CDS-PP, do seguinte teor: -----

-----"Recomendação: -----

-----Pela Implementação do Orçamento Participativo Verde (OPV) em Amarante

-----Uma democracia não se mede apenas pela realização periódica de eleições, mas também pela capacidade de envolver os cidadãos nas decisões que moldam a vida coletiva. A democracia representativa, sendo essencial, deve ser complementada por mecanismos que aproximem eleitos e eleitores, incentivando uma participação responsável, informada e orientada para resultados concretos. Num tempo em que os desafios ambientais assumem uma dimensão cada vez mais evidente, esta participação torna-se ainda mais relevante, exigindo soluções que aliem sustentabilidade, proximidade e rigor na utilização dos recursos públicos. ----

-----Os Orçamentos Participativos representam uma das expressões mais sólidas dessa participação democrática. Ao permitir que os cidadãos proponham e escolham diretamente projetos de investimento, promove-se não apenas a execução de iniciativas concretas, mas também uma maior consciência coletiva sobre o território e os recursos disponíveis. Mais do que um instrumento de decisão, trata-se de um mecanismo de responsabilização cívica, onde cada proposta traduz uma visão para o futuro da comunidade.-----

-----É neste contexto que o CDS-PP propõe a criação do Orçamento Participativo Verde do concelho de Amarante, orientado para projetos de natureza ambiental e de promoção da economia verde e sustentável. Esta proposta assenta numa visão política clara: a transição ambiental deve ser feita com responsabilidade, com respeito pelo território e com o envolvimento direto das populações, e não através de imposições centralizadas ou de soluções desligadas da realidade local. -----

-----Importa sublinhar que esta visão está profundamente ligada à matriz ideológica do CDS, que valoriza o mundo rural, o interior e o papel das comunidades locais como pilares do desenvolvimento. Num concelho como Amarante, onde coexistem realidades urbanas e rurais, a sustentabilidade deve ser entendida como uma oportunidade de valorização do território - da paisagem, da agricultura, dos recursos naturais e da identidade local. A economia verde não é, nesta perspetiva, um conceito abstrato, mas uma ferramenta concreta para melhorar a vida das pessoas, fixar população e criar valor no território.-----

-----Esta proposta inspira-se em boas práticas internacionais de referência, com especial destaque para o modelo desenvolvido em Viena, o Wiener Klimateam, que se afirmou como um dos mais inovadores orçamentos participativos verdes da Europa. Nesse modelo, os cidadãos são chamados a apresentar ideias, a discuti-las com especialistas e a transformá-las” em projetos concretos, posteriormente submetidos a votação e implementados no terreno. Mais do que um mecanismo

administrativo, este modelo tornou-se uma verdadeira escola de cidadania ativa e de compromisso ambiental, demonstrando que a resposta aos desafios climáticos depende, antes de mais, do envolvimento das comunidades. -----

-----É esse espírito que se pretende trazer para Amarante: um instrumento simples, próximo das pessoas, mas com ambição suficiente para gerar impacto real no território. Iniciativas como a valorização de espaços naturais, a criação de zonas verdes, a recuperação de estruturas tradicionais ou soluções de eficiência no uso da água e da energia poderão contribuir diretamente para melhorar o quotidiano dos amarantinos, tornando o concelho mais sustentável, mais atrativo e mais preparado para o futuro. -----

-----Atendendo à necessidade de garantir impacto efetivo, sugere-se que este Orçamento Participativo Verde seja dotado de uma verba na ordem dos 50.000 euros, permitindo a concretização de um projeto por edição. Esta opção traduz uma preocupação clara com o rigor na gestão dos recursos públicos, privilegiando a qualidade e a utilidade do investimento em detrimento da dispersão de verbas por múltiplas iniciativas de reduzido alcance. -----

-----A definição das regras de funcionamento deverá garantir simplicidade, transparência e equidade no acesso ao processo, assegurando que todas as freguesias têm condições para participar de forma justa e efetiva. Mais do que a dimensão dos territórios, importa valorizar propostas com mérito, impacto e utilidade para o conjunto do concelho.-----

-----No plano da transparência e da prestação de contas, considera-se essencial que seja dado conhecimento anual à Assembleia Municipal de todo o processo, incluindo as propostas apresentadas, a proposta vencedora e o estado de execução ou fase de implementação do projeto selecionado. Só com este nível de escrutínio será possível garantir a confiança dos cidadãos e a credibilidade do instrumento. ---

-----Com esta proposta, o CDS-PP afirma uma visão política coerente e responsável: uma política que valoriza as pessoas, o território e os recursos locais, que aposta na participação cidadã e que encara a transição verde como uma oportunidade para reforçar o desenvolvimento do interior. Trata-se de dar aos amarantinos não apenas a possibilidade de participar, mas também a responsabilidade de construir, em conjunto, um concelho mais sustentável, mais coeso e mais preparado para os desafios do futuro. -----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Amarante delibera na sua sessão ordinária de 29 de abril de 2026:-----

----- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Amarante a criação do Orçamento Participativo Verde do Concelho de Amarante, destinado à apresentação, discussão e votação de projetos de natureza ambiental e de promoção da sustentabilidade; ---

----- 2. Que este Orçamento Participativo Verde seja dotado de uma verba anual de 50.000 euros, destinada à concretização de um projeto vencedor por edição, privilegiando iniciativas com impacto relevante no território; -----

----- 3. Que o regulamento de funcionamento a definir pela Câmara Municipal assegure: -----

----- a) Simplicidade e acessibilidade no processo de apresentação de propostas; -----

----- b) Equidade territorial, garantindo a participação de todos; -----

----- c) Transparência em todas as fases do processo; -----

----- d) Critérios claros de elegibilidade e seleção, valorizando o mérito, o impacto e a utilidade pública dos projetos; -----

----- 4. Que o processo contemple, sempre que possível, momentos de apoio técnico e validação das propostas, promovendo a sua viabilidade e qualidade; -----

----- 5. Que seja assegurada a prestação de contas anual à Assembleia Municipal, incluindo: -----

----- a) Listagem das propostas apresentadas; -----

----- b) Identificação do projeto vencedor; -----

----- c) Estado de execução ou implementação do projeto; -----

----- 6. Que a presente deliberação seja comunicada à Câmara Municipal de Amarante para os devidos efeitos. -----

----- O Grupo Municipal do CDS" -----

----- **O Senhor deputado Filipe Macedo, do Grupo Político Municipal do CDS**, proferiu a seguinte intervenção: "Trago hoje a esta Assembleia uma proposta simples na forma, mas ambiciosa no propósito: a criação do Orçamento Participativo Verde para o concelho de Amarante. -----

----- Acreditamos que uma democracia madura não se esgota no voto, mas que exige proximidade e responsabilidade. -----

----- Num tempo em que os desafios ambientais são uma realidade concreta na nossa paisagem e recursos, a resposta tem de ser local e participada. -----

----- Este não é um exercício simbólico; é um instrumento real de decisão, com uma dotação anual de 50.000€, inspirado em boas práticas internacionais, mas adaptado à nossa realidade, focado em projetos de sustentabilidade propostos e votados pelos amarantinos. -----

-----Esta proposta reflete bem a matriz do CDS: valorizamos as comunidades, o mundo rural e uma transição ambiental feita com as pessoas. -----

-----Mas este documento é também ele, um sinal político claro: esta é a primeira recomendação apresentada nesta Assembleia em vários anos e da parte do CDS, esta será a prática. -----

-----Não estamos aqui apenas para reagir ou “levantar o braço”; estamos aqui para propor e para elevar o nível do debate. -----

-----Queremos que desta assembleia saia uma política construtiva, orientada para soluções e que acrescentem valor real a Amarante. -----

-----Inspirados na ligação profunda entre território e identidade tão bem explicada por Pascoaes propomos um modelo transparente e eficaz. -----

-----Senhoras e Senhores Deputados, esta proposta é mais do que um instrumento. É uma afirmação política de participação, de responsabilidade e de compromisso com o futuro. -----

-----É dizer que confiamos nos amarantinos. -----

-----É dizer que queremos mais democracia local. -----

-----É dizer que estamos aqui para construir. -----

-----Pelo futuro de Amarante e pela valorização do nosso território, apelamos ao vosso voto favorável. -----

-----Porque Amarante merece mais participação Porque Amarante merece continuar a ser uma referência na região. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----Seguidamente, foi submetido à votação da recomendação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. Estavam presentes sala 53 membros dos 53 que compõem a Assembleia Municipal. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha**, informou que a recomendação foi aprovada por unanimidade e que seria remetida à Câmara Municipal. Acrescentou que a proposta deveria, idealmente, ter sido apresentada aquando do plano e orçamento, cabendo depois à Câmara Municipal avaliar a sua execução. -----

-----De seguida, deu-se início ao período para tratamento de assuntos de interesse geral do Município (artigo 19.º do Regimento). -----

-----Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O Senhor deputado Fernando Sampaio, do Grupo Municipal do Partido Socialista**, referiu que o Grupo Municipal do Partido Socialista, não se

conformando com a faculdade conferida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de encerrar com a sua intervenção o período anterior à ordem do dia, considerando que tal disposição punha em causa a sua coerência interna e a democraticidade do Regimento da Assembleia Municipal, a validade legal da sua votação e da sua aplicação. Referiu que o Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista de Amarante no âmbito do acompanhamento político e institucional que lhe cabe da atividade do Grupo Municipal do Partido Socialista solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no passado dia 17.04.2026, informação atualizada e detalhada sobre o ponto de situação do pedido de parecer em referência, bem como cópia da documentação efetivamente remetida à CCDR-N e das questões concretas que lhe foram dirigidas por forma a garantir um acompanhamento rigoroso transparente e responsável de todo o processo. Referiu que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou na Conferência de Representantes, realizada no passado dia 17.04.2026, que coincidentemente com a solicitação do Presidente da Comissão Política Concelhia do Partido Socialista de Amarante, o parecer solicitado à CCDR-N havia finalmente sido recebido. Contudo, naturalmente, por não ser possível a sua divulgação em tempo mais oportuno, tendo sido disponibilizado apenas durante o presente dia, a poucas horas do início desta sessão, o que não permitiu ao Grupo Municipal do Partido Socialista a análise cuidada que se impunha. Salientou que conforme o ponto 3.1 do parecer emitido pela CCDR-N, se dos esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal surgir a necessidade de prestação de esclarecimentos complementares, os membros da Assembleia Municipal poderão solicitar esclarecimentos ao abrigo do previsto na alínea d) do n.º 2 do artigo 25.º do Regimento Jurídico das Autarquias Locais. Defende que o Senhor Presidente da Câmara Municipal deve prestar esses esclarecimentos complementares, sem prejuízo de melhor entendimento posterior, enquanto não se encontrar esgotado o tempo atribuído pelo Regimento para intervenção dos diferentes grupos municipais e Câmara Municipal. Disse que quando assim acontecer e caso se verifique que o tempo regimental da intervenção da Câmara Municipal, no período anterior à ordem do dia, ainda não se tenha esgotado, nada obstará a que o Presidente do órgão executivo preste esses esclarecimentos complementares. Adiantou que o período anterior à ordem do dia não fica encerrado, podendo existir intervenções posteriores às intervenções do Senhor Presidente da Câmara Municipal. Solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que lhe seja remetida ou facultado o acesso a toda a documentação relativa ao processo

desenvolvido no âmbito do pedido em referência e do respetivo parecer da CCDR-N para efeitos de pronúncia sobre os mesmos em próxima reunião.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha,** esclareceu que o parecer da CCDR-N foi recebido e enviado aos deputados, no dia anterior à sessão, por volta do meio-dia, e não apenas no próprio dia. Referiu ainda que o parecer da CCDR-N não diferia substancialmente do parecer jurídico interno da Câmara Municipal e que não existiu qualquer manobra na sua divulgação. -----

----- **O Senhor deputado António Araújo, do Grupo Municipal do PSD,** referiu que não percebe por que razão é necessário solicitar pareceres à CCDR-N, sobretudo sobre matérias que nem sequer são da sua competência. Aliás, no próprio parecer, a CCDR-N afirma expressamente que não lhe compete apreciar a legalidade das normas regimentais, como sucede neste caso, uma vez que está em causa uma norma do Regimento da Assembleia Municipal. Acresce que o Senhor Presidente da Assembleia solicitou também um parecer aos serviços jurídicos, os quais igualmente não identificaram qualquer problema na norma em questão. Apesar disso, entendeu-se, ainda assim, solicitar um parecer à CCDR-N. Ora, qualquer parecer emitido pela CCDR-N tem natureza meramente opinativa, tal como o parecer de qualquer outro jurista. A própria CCDR-N refere expressamente que o seu parecer não tem qualquer carácter vinculativo. E bem se compreende que assim seja, porque quem tem competência para definir as regras de funcionamento da Assembleia Municipal é esse mesmo órgão. Considerou que a organização do funcionamento da Assembleia é uma competência própria sua e que o regimento aprovado deve ser cumprido. Defendeu que a norma que concentra a resposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal numa única intervenção final está dentro da margem decisória do órgão deliberativo e não impede os deputados de solicitarem informações através da mesa. Acrescentou que, caso o Partido Socialista pretenda alterar o Regimento, deverá apresentar proposta própria para apreciação e votação. -----

----- **O Senhor deputado Pedro Ribeiro, do Grupo Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:** -----

----- "Neste período antes da ordem do dia, trago três temas distintos, mas todos eles ligados a uma mesma questão de fundo: a forma como estamos a concretizar, no terreno, as políticas que aqui aprovamos e as decisões que impactam o nosso território. -----

----- • O primeiro tema prende-se com o Projeto de Hibridização Fotovoltaica do Parque Eólico de Penedo Ruivo. Estamos a falar da instalação de cerca de 25 mil

painéis solares na Serra do Marão, com um impacto brutal na nossa Serra e que afetará diretamente o nosso Município, nomeadamente a freguesia de Ansiães, caso venha a ser concretizado. -----

----- Este é um projeto de grande dimensão, que gerou mais de uma centena de participações em consulta pública, que terminou no passado dia 24 de Abril, existe também uma petição com milhares de assinaturas exigindo uma avaliação ambiental independente, para além de um parecer técnico que identifica várias lacunas relevantes. -----

----- Existe também um parecer do Município de Amarante, de 4 de abril de 2025, que enquadra o projeto como uma oportunidade de desenvolvimento, não assumindo oposição ao mesmo, embora reconheça preocupações ambientais. -----

----- No entanto, o Senhor Presidente da Câmara já afirmou publicamente que o Marão deve ser valorizado do ponto de vista turístico e que deve ter condições para que as pessoas venham e gostem do que veem, e ao mesmo tempo reconhece que estamos a falar numa quantidade significativa de painéis. -----

----- E por isso, hoje, nesta Assembleia, importa esclarecer qual é verdadeiramente a posição do Município de Amarante, sobre este tema. E a questão que se impõe é simples: O Município é a favor deste projeto? -----

----- É contra? Ou está apenas a acompanhar decisões tomadas por outros? -----

----- E nesse sentido, deixo três questões: -----

----- 1. Qual é a posição formal do Município de Amarante sobre este projeto? ---

----- 2. Foi exigida a análise de localizações alternativas ao promotor? -----

----- 3. Existe articulação com o Município de Baião para uma posição conjunta para travar a localização prevista para este projeto? Isto porque Baião é o Município onde se este projeto for para a frente, será abrangido em maior área. -----

----- Sr. Presidente, creio que nesta fase, é de extrema importância que sejamos claros e exigentes com a nossa posição. A transição energética é essencial, mas não pode ser feita à custa daquilo que temos de mais valioso: que é o nosso património natural, nomeadamente a Serra do Marão. -----

----- E quando falamos da Serra do Marão, falamos de identidade, de paisagem e de futuro. -----

----- • Passando a um outro assunto, também relacionado com a transição energética, importa olhar para aquilo que depende diretamente da nossa ação. -----

Refiro-me ao Plano de Ação Climática do Município de Amarante, aprovado por unanimidade, em Assembleia Municipal, a 30 de outubro de 2024. -----

-----Um documento importante, ambicioso e consensual, precisamente porque todos reconhecemos a urgência da ação climática. -----

-----E é verdade que já existem passos dados nesse caminho.-----

-----Mas também é verdade que, entre aprovar e executar, vai muitas vezes a diferença entre intenção e impacto real no território. -----

-----E por isso, a questão que trago aqui hoje é simples: Qual é o ponto de situação real da execução do Plano de Ação Climática? -----

-----O plano prevê medidas concretas, como por exemplo a instalação de painéis fotovoltaicos em edifícios municipais e industriais. Mas quando é que veremos essa execução de forma mais visível e abrangente? -----

-----E mesmo as Comunidades de Energia Renovável – que já aqui falamos algumas vezes noutras Assembleias e que vários Municípios têm vindo a implementar (uns em fase mais avançada, outros ainda numa fase inicial). Que papel está o Município de Amarante a assumir na sua dinamização? -----

-----Sr. Presidente, trago este tema com um espírito construtivo e não para desvalorizar o trabalho feito, porque o reconheço. Mas também tenho a convicção de que podemos – e devemos – ir mais longe. -----

Porque o risco não é não fazer nada – é fazer, mas não ao ritmo que este desafio da emergência climática exige. -----

-----E por isso, quero também aproveitar este momento para deixar uma recomendação clara: que esta Assembleia passe a acompanhar de forma regular a execução do Plano de Ação Climática, com informação clara sobre medidas concretizadas, investimentos realizados e impacto concreto no território e na vida dos Amarantinos. -----

-----Porque a nossa responsabilidade aqui, enquanto elementos da Assembleia Municipal, não termina na aprovação dos documentos - começa precisamente aí. Na sua concretização no terreno. -----

-----• Por último, deixo duas questões muito concretas de proximidade ao território: -----

-----A primeira prende-se com a derrocada na Estrada Nacional 15, que levou ao seu corte, ali na zona de Candemil, na sequência do Inverno rigoroso que tivemos. A estrada continua cortada, obrigando a desvios significativos com impacto direto na vida das populações do Marão.-----

-----Eu sei que esta não é uma responsabilidade direta do Município, mas isso não nos impede de exercer pressão junto daquelas que são as entidades

competentes. Porque esta é uma situação que se está a prolongar, que está a afetar a população que vive naquelas freguesias e, quando isso acontece, esta deixa de ser apenas uma questão técnica — passa a ser também uma questão de exigência política e de respeito pelas populações. -----

-----Portanto, gostaria de saber, da parte da Câmara Municipal, o que tem sido feito ou está a ser feito para resolver esta situação.-----

-----A segunda questão tem a ver com a Ecopista do Tâmega e o Trilho da Nossa Senhora do Vau. Gostava apenas de perceber qual é o ponto de situação da reposição de barreiras e da reparação dos danos existentes. -----

Tanto a Ecopista como o Trilho são ativos importantes, muito utilizados por quem cá vive e por quem nos visita, sobretudo nesta altura do ano. -----

-----E é essencial garantir que não transmitem uma imagem de abandono, mas sim de cuidado e valorização do território. -----

-----Porque é também assim que se constrói confiança nas pessoas e no futuro do nosso concelho.-----

-----Obrigado.” -----

-----**O Senhor deputado Vítor Rei, do Grupo Municipal do PSD**, referiu que o Senhor deputado António Araújo já esclareceu devidamente qual é a posição do PSD sobre o pedido de esclarecimentos solicitado à CCDR-N. Este ponto ficou esclarecido e o PSD mantém a sua posição.-----

-----Relativamente à intervenção do Senhor deputado Pedro Ribeiro, quanto ao projeto do Parque Eólico de Penedo Ruivo, referiu que viu os documentos disponíveis na Internet, e verificou que – e sem querer desvalorizar a preocupação -, que a parte que afeta o concelho de Amarante é a parte da vedação, porque serão colocados no concelho de Baião, como se pode consultar no projeto. Deve ser uma preocupação, porque o Marão é importante para o turismo, não deve deixar de ser protegido e merece toda a atenção. Obviamente que se houver uma posição conjunta com o Município de Baião, melhor. Acrescentou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal já se manifestou publicamente acerca desta questão e demonstrou preocupação em relação ao tema. -----

-----Relativamente à EN15, é uma questão que afeta bastante as pessoas daquela zona e sabe que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem feito o seu melhor para que exista uma resolução rápida. No entanto, essa é uma questão da responsabilidade da IP, que define as suas prioridades, mas espera que seja resolvido com brevidade.-----

----- **O Senhor deputado Fernando Sampaio, do Grupo Municipal do PS,** referiu que, pela intervenção do Senhor deputado António Araújo, pareceu claro e evidente que teve mais tempo do que o próprio para ler o parecer. Disse que não fica prejudicada a discussão relativa ao documento, porque o Grupo Parlamentar do PS pedirá que seja incluído na próxima Ordem de Trabalhos desta Assembleia para discussão, porque se impõe uma discussão mais séria e que o assunto não deve ser desvalorizado. Mencionou que interpretou o parecer de forma diferente do Senhor deputado António Araújo, pois se hoje alguém considera que deve pedir esclarecimentos adicionais poderá fazê-lo. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal não vai deixar de cumprir a lei e dar a palavra tal como diz o parecer. O parecer não é vinculativo, mas a lei é. A lei, conforme refere o parecer, diz no n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais que, em momento posterior ou no próprio momento, por interpelação à Mesa, caso ainda seja viável, em virtude dos tempos de intervenção disponíveis, qualquer deputado pode pedir esclarecimentos complementares. O parecer adianta que o Senhor Presidente da Câmara Municipal também pode responder relativamente a esse pedido e pode fazê-lo se ainda tiver tempo disponível. Considerou que se trata de uma questão legal que será explorada na próxima sessão. -----

----- **O Senhor deputado Filipe Macedo, do Grupo Municipal do CDS-PP,** proferiu a seguinte intervenção: -----

-----“A recente inauguração do Centro Interpretativo da Floresta merece, da parte desta Assembleia, uma palavra clara de reconhecimento e valorização. -----

----- Estamos perante um investimento que não é apenas físico ou infraestrutural. É, acima de tudo, um investimento no futuro, na educação ambiental, na valorização do nosso património natural e na construção de uma consciência coletiva mais responsável e mais preparada para os desafios que enfrentamos enquanto comunidade. -----

----- Num tempo em que tanto se fala, e bem, de alterações climáticas, de sustentabilidade e de preservação dos recursos naturais, importa sublinhar quando esses princípios deixam de ser apenas discurso e passam a traduzir-se em ações concretas no território. Este Centro Interpretativo é precisamente isso: uma materialização de uma política ambiental que se quer próxima das pessoas e com impacto real. -----

----- Quer, por isso, em nome do CDS e no quadro da coligação Afirmar Amarante, a bancada parlamentar, felicitar o executivo municipal por esta iniciativa, que se

insere numa estratégia mais ampla de valorização do Parque Florestal e de qualificação ambiental do concelho. -----

-----Mas gostaríamos também de ir um pouco mais além. -----

-----Este projeto distingue-se, desde logo, pelo modelo de parceria que o sustenta. A articulação entre o Município, o ICNF, o Agrupamento de Escuteiros 448 de Amarante e a Paróquia de São Gonçalo demonstra que os melhores projetos são aqueles que mobilizam a comunidade e valorizam o papel das instituições locais. ---

-----Em particular, merece destaque a decisão de confiar este espaço ao movimento escutista. -----

-----O escutismo tem um histórico de formação de jovens assente em valores como a responsabilidade, o respeito pela natureza, o serviço e o espírito comunitário. Ao associar este equipamento a essa realidade, o Município está a garantir que ele não será um espaço estático, mas sim um verdadeiro “laboratório vivo”, dinâmico e com utilização contínua. -----

-----Este é, aliás, um ponto que o CDS valoriza especialmente: a capacidade de envolver a sociedade civil, de confiar nas instituições e de promover soluções de proximidade, em vez de modelos excessivamente centralizados ou burocráticos. ----

-----Por outro lado, a presença do Senhor Secretário de Estado das Florestas e do Bispo Auxiliar do Porto na cerimónia de inauguração confere a este momento uma dimensão institucional e simbólica que deve ser assinalada. Mostra que Amarante está a fazer um caminho que é reconhecido fora do concelho. -----

-----Senhoras e Senhores Deputados, se é importante enaltecer o que foi feito, é igualmente importante refletir sobre o que pode e deve ser feito a seguir. -----

-----Este Centro Interpretativo não pode ser um ponto de chegada, deve ser um ponto de partida. -----

-----Um ponto de partida para reforçar a educação ambiental nas escolas, criando ligações estruturadas entre este espaço e a comunidade educativa. -----

-----Um ponto de partida para dinamizar ainda mais o Parque Florestal, tornando-o um polo de atração não apenas local, mas também regional, com atividades regulares, programas educativos e iniciativas abertas à comunidade. -----

-----E também um ponto de partida para uma política florestal mais abrangente no concelho, que valorize a prevenção, a gestão sustentável e o ordenamento do território, áreas onde sabemos que ainda existem desafios significativos. -----

-----Do ponto de vista do CDS, há uma linha que consideramos essencial: a sustentabilidade ambiental deve caminhar lado a lado com a sustentabilidade

económica e social. Valorizar a floresta é também pensar na sua gestão, na sua rentabilidade e na sua preservação a longo prazo, envolvendo proprietários, associações e agentes locais. -----

----- É essa visão integrada que gostaríamos de ver cada vez mais afirmada nas políticas municipais. -----

----- Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Centro Interpretativo da Floresta é, sem dúvida, uma boa notícia para Amarante. É um projeto que valoriza o território, que envolve a comunidade e que projeta o concelho numa área cada vez mais central: a sustentabilidade. -----

----- Saudamos o executivo e os parceiros envolvidos pelo novo equipamento. Manteremos o nosso contributo construtivo e exigente para garantir que projetos assim não sejam exceções, mas sim a base de uma estratégia de futuro para Amarante. -----

----- Senhor Presidente, dizia António do Lago Cerqueira, o grande impulsionador deste pulmão verde, que a floresta é um "património de civilização". Hoje, ao inaugurarmos este Centro Interpretativo, não estamos apenas a abrir portas; estamos a honrar um legado centenário que moldou a identidade de Amarante. ----

----- Por isso, termino com uma breve, mas necessária interpelação: considera o Senhor Presidente que este passo, mais do que um ato isolado, será finalmente a rampa de lançamento para a requalificação integral do nosso Parque Florestal? Estaremos, por fim, perante o impulso decisivo para devolver a este espaço a dignidade e o esplendor que os amarantinos tanto ambicionam e que a nossa história nos exige? -----

----- Muito obrigado." -----

----- **O Senhor deputado António Araújo, do Grupo Municipal do PSD**, em resposta ao Senhor deputado Fernando Sampaio, referiu que teve exatamente o mesmo tempo para analisar o parecer, não admitindo que insinue que tenha existido qualquer privilégio. Acrescentou que, não se pode confundir uma opinião com a lei. Salientou que o artigo 25.º, n.º 2, alínea d) do Regulamento Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, refere que é permitido solicitar e receber informação através da Mesa, a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores. Acrescentou que o artigo a que o parecer da CCDR-N faz referência é no âmbito opinativo. Ao abrigo disto, podem ser pedidas informações. Disse que em termos legais é este artigo que regula a matéria. Citou

ainda o artigo 35.º, n.º 1, alínea s) do mesmo diploma, que prevê que o Senhor Presidente da Câmara Municipal deve responder em tempo útil e de forma a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da Assembleia Municipal aos pedidos de informação apresentados por esta. Referiu que, em termos legais, são estes dois artigos que regem a matéria e que, depois disto, existe o regimento, aprovado pela Assembleia Municipal. Terminou dizendo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tem de seguir o Regimento e, no final, fazer os esclarecimentos que assim entender, sendo que só existirá alguma dúvida se, futuramente, houver alterações ao regimento. -----

----- **A Senhora deputada Amélia Oliveira, do Grupo Municipal do PSD,** referiu que o parecer da CCDR-N não trouxe novidades face ao que já tinha defendido na sessão em que foi aprovado o regimento. Considerou que o artigo citado no parecer se refere a pedidos de informação através da mesa e não ao funcionamento do Período Antes da Ordem do Dia. Sublinhou que a CCDR-N não é competente para apreciar a legalidade do regimento e que apenas os tribunais poderiam fazê-lo. Considerou que o assunto pode ser debatido, no entanto, considera-o desnecessário e inócuo.-----

----- **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Pedro Cunha,** solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que se pronunciasse sobre as questões colocadas. Relativamente à discussão do Regimento da Assembleia Municipal, a título meramente informativo, dirigiu-se ao Senhor deputado Fernando Sampaio, por quem tem muita estima e respeito, dizendo que o Presidente da Assembleia Municipal está dependente e obrigado a cumprir o regimento que foi aprovado nesta Assembleia e que não se pode pedir que, neste momento, sejam feitas alterações ao mesmo. Referiu que a questão poderá ser agendada, para ser discutida e votada. Acrescentou que, o que se impunha era uma exposição clara e objetiva sobre como foi feito o regimento e que é isso que está a ser cumprido. -----

----- **O Senhor deputado Vítor Rei, do Grupo Municipal do PSD,** pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal esclarecimentos sobre as obras de melhoria no Complexo Desportivo da Costa Grande, bem como outros investimentos em curso. ----- Colocou-se no lugar do público e questionou se, na eventualidade da sessão da Assembleia Municipal estar a ser transmitida via rádio ou pela internet, se o público ficaria agrado se os políticos e, sobretudo o principal partido da oposição, estivesse 80% do tempo a discutir um artigo relativo a um regimento aprovado pela Assembleia Municipal, em vez de assuntos de interesse para a população amarantina.

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo**, começou por dizer que esperava que a sessão começasse de forma diferente, com um pedido de desculpa por parte do Senhor deputado Cândido Zoio, pois na última sessão da Assembleia Municipal, disse que o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhe devia um pedido de desculpa, porque aquando da sua intervenção de reconhecimento e agradecimento público pela forma como atuaram durante as intempéries ocorridas no início deste ano, em que o Senhor deputado Cândido Zoio referiu que mencionou ter incluído o executivo municipal nos agradecimentos que efetuou. Contudo, no final daquela sessão disse ao Senhor deputado Cândido Zoio que achava estranho não ter efetuado aquela referência, tendo o mesmo assumido que se assim não fosse, pediria desculpa publicamente. Posteriormente, na publicação que o Senhor deputado Cândido Zoio replicou nas suas redes sociais, incluiu o executivo municipal. Ora, depois de ler a ata, e verificado que não menciona o executivo municipal, o Senhor deputado Cândido Zoio não teve a hombridade de vir aqui para assumir que se enganou. Comentou que até que lhe custou dar os parabéns ao executivo municipal, mas o que é facto, é que não o fez durante aquela sessão da Assembleia Municipal. Mas ainda está em tempo, se assim o entender. -----

----- Quanto ao parecer da CCDR-N, disse que não se pronunciaria. Sobre o projeto da hibridização do painel fotovoltaico, informou que no passado dia 23, a Associação de Municípios do Douro e Tâmega (AMDT), sob a presidência do Município de Amarante, deliberou por unanimidade, aprovar uma pronúncia formal da Comissão Diretiva da Paisagem Protegida Regional da Serra da Aboboreira, composta pelos municípios de Amarante, Baião e Marco de Canaveses, no sentido de manifestar oposição àquela instalação, atendendo ao impacto significativo na Serra do Marão e na Serra da Aboboreira. Esta pronúncia está disponível no portal <https://participa.pt/>. Basta ler para que não restem dúvidas quanto à posição do Município de Amarante. Esclareceu que, na freguesia de Ansiães, não haverá ocupação do solo por painéis, estando os mesmos previstos apenas para o concelho de Baião. Sobre o Plano de Ação Climática, aqui aprovado por unanimidade, referiu que está em aplicação, e que no próximo dia 18 haverá uma atividade que envolve todas as unidades do Município, estando prevista a apresentação de um relatório de execução, numa próxima Assembleia Municipal para dar conhecimento da aplicação do mesmo. Quanto ao Centro Interpretativo da Floresta, referiu não ter dúvidas de que é um passo importante para dar vida, qualidade e proteção àquele parque e melhorar o conhecimento sobre o mesmo aos visitantes. Relativamente à EN15, em Candemil,

lamentou os transtornos causados, bem como o impacto financeiro resultante da necessidade de efetuar este desvio. Informou que o Município questionou oficialmente a IP, tendo esta respondido que se encontra a ultimar o projeto e a definir a forma de intervenção. Acrescentou que tem conhecimento de que estes processos são demorados, uma vez que é necessário elaborar o projeto e lançar o respetivo concurso. Referiu que o próprio Município enfrenta situações semelhantes nas suas empreitadas, dando como exemplo, o caso da Lomba, cujo concurso só agora foi lançado devido à necessidade de elaboração dos projetos. Saliou que existem várias obras em curso ou previstas no concelho, nomeadamente na Lomba, em Gatão, no trilho da Senhora do Vau e em diversos muros espalhados pelo concelho. Disse que todos desejam processos mais céleres, mas que, na prática, estas intervenções exigem sempre algum tempo de preparação e tramitação. Relativamente à reparação da Ecopista do Tâmega, informou que a obra já foi adjudicada e que em breve as obras terão início. Em resposta ao Senhor Deputado Filipe Macedo, sobre o Centro Interpretativo da Floresta, afirmou que será um ponto de partida, porque é um compromisso. Referiu que em dezembro de 2025, assinou um protocolo que permitirá voltar a ter intervenção naquele parque e, nesse sentido, já se está a trabalhar na elaboração de um projeto para dar mais um passo na valorização daquele espaço. A intenção passa por criar, logo à entrada do parque, uma zona de lazer e de merendas, destinada ao convívio e usufruto da população, estando a ser desenvolvido o respetivo projeto, sendo espectável que brevemente se possa avançar com o lançamento do concurso público para a concretização da intervenção. Relativamente à habitação, informou que o Município está a trabalhar para que, até ao dia 30 de junho, estejam concluídas cerca de noventa e seis novas habitações. Referiu que a intervenção na Bouça do Pombal está concluída. Nos próximos dias iniciar-se-á a intervenção no Cancela de Abreu, num investimento de aproximadamente 3.000.000€, de igual montante será a requalificação da antiga estação de caminhos de ferro. Informou ainda que também avançará brevemente a requalificação das novas instalações da GNR, em Vila Meã. Mencionou a intervenção de recuperação e requalificação da Escola Primária da Torreira, num investimento de cerca de 2.000.000€, assim como o novo Jardim de Infância de Real, em Vila Meã, com o mesmo investimento e cuja obra se encontra já numa fase avançada. Estima que brevemente se inicie a obra do novo centro escolar da Lomba, Cepelos e Salvador do Monte, encontrando-se a respetiva empreitada já adjudicada. Referiu ainda que o Nó do Salto se encontra já em construção, acrescentando que existem várias outras

obras em curso, embora estas sejam as de maior impacto no concelho. Destacou também a urgência em lançar o concurso da EN312, considerando-o um processo prioritário. Sublinhou que são vários os projetos e intervenções atualmente em desenvolvimento pelo Município. No âmbito da área social, recordou o compromisso assumido relativamente às creches, informando que, das seis previstas, quatro já se encontram em execução: Travanca, Marão, Estradinha e Vila Caiz. Acrescentou que na semana passada foi lançado o concurso para a reabilitação da Biblioteca Municipal Albano Sardoeira, uma intervenção que classificou como uma ambição partilhada por toda a comunidade, dada a importância simbólica e funcional daquele espaço. Informou igualmente que foi adjudicada a pintura de toda a fachada dos Paços do Concelho e do antigo edifício da GNR. Referiu também a criação de cerca de quarenta lugares de estacionamento junto ao Tribunal, através da intervenção num muro localizado em frente ao edifício, tendo já terminado o prazo para entrega de propostas. Relativamente às piscinas de Amarante, esclareceu que estão atualmente a ser alvo de uma intervenção de eficiência energética, tal como o Complexo Desportivo da Costa Grande. Por fim, informou que também estão a ser concluídos os projetos para intervenção nos pavilhões desportivos, de São Lázaro e de Vila Caiz.

----- **O Senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Municipal do PS, fez uma interpelação à Mesa** e referiu que apenas intervinha naquele momento por ter sido mencionado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Esclareceu que, na sessão anterior, reconheceu efetivamente o bom trabalho desenvolvido por todos, incluindo a Câmara Municipal. Para o efeito, leu o excerto que consta da ata, onde afirmou: "Reconhecer o trabalho bem feito não nos impede - antes nos obriga - a exigir rapidez, planeamento e execução naquilo que ainda falta fazer. É isso que os amarantinos esperam de todos os eleitos." Sublinhou, assim, que o reconhecimento então manifestado se dirigia a todos os eleitos. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo,** em resposta ao Senhor Deputado Cândido Zoio, leu um excerto da intervenção em causa, no qual se afirmava: "Perante este contexto exigente, é de inteira justiça sublinhar o bom trabalho desenvolvido pela APA, pelas Juntas de Freguesia, pelos Bombeiros, pela Proteção Civil e pelos serviços da Câmara Municipal de Amarante.", mantendo assim a sua posição de discordância. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

-----**Inscreveram-se para usar da palavra:**-----

-----**O Senhor António Adelino** felicitou o executivo municipal pela resolução da avaria do semáforo junto às bombas de combustível do Queimado, mas referiu que persiste o problema das escadas de acesso ao parque de estacionamento do Tribunal, onde a água se acumula em dias de chuva, dificultando a passagem, sobretudo de pessoas mais idosas ou com pouca mobilidade. -----

-----Questionou ainda para quando as transmissões online da Assembleia Municipal. -----

-----Perguntou também se, após o encerramento do aterro sanitário de Codeçoso, o executivo municipal garante que não haverá novo aterro ou aumento do atual. Acrescentou que junto ao campo de tiro, existe uma terraplanagem de cerca de quatro quilómetros e questionou se é conhecida a finalidade desse terreno. -----

-----**O Senhor António Gonçalves** questionou sobre a posição da Câmara Municipal de Amarante relativamente à destruição do muro da Alameda Teixeira de Pascoaes e sobre a sua eventual reconversão, se esta ainda consta no plano de obras a executar pelo município. Considera que a destruição do muro da Alameda Teixeira Pascoaes constituirá um crime monumental, uma vez que, as suas duas “meias laranjas”, fazem parte da imagem de Amarante. Concluiu dizendo que será um atentado ao conjunto histórico formado pela ponte, pelo muro monumental e pelo Convento de São Gonçalo. -----

-----**O Senhor Nuno Freitas** referiu que, apesar de o Senhor Presidente da Câmara Municipal já ter abordado a temática da habitação, importava ainda esclarecer algumas questões adicionais relacionadas com esta matéria. Disse que a habitação, ou a falta dela, constitui atualmente um dos maiores problemas em Amarante e no país, considerando que esta realidade resulta de décadas de ausência de políticas eficazes no setor. Acrescentou que o objetivo deve passar pela existência de mais habitação destinada a viver e não à especulação imobiliária, defendendo igualmente rendas mais acessíveis e menor pressão ao nível dos juros. Sublinhou que a habitação não pode continuar a ser um fator de empobrecimento ou de deslocação forçada das populações, afirmando que o mercado habitacional se transformou numa realidade marcada pela desigualdade e pela ausência de regulação eficaz. Referiu ainda que, compete à Câmara Municipal promover a construção de habitação pública, reabilitar o património degradado, apoiar o setor cooperativo e a autoconstrução, bem como limitar o alojamento local e agilizar os processos de licenciamento, tornando os serviços municipais mais céleres, eficazes, transparentes

e preparados para responder às necessidades existentes. Acrescentou que a transformação da habitação num ativo financeiro provocou um aumento significativo dos preços nos últimos anos, dando como exemplo o caso de Olhão, onde o valor do metro quadrado ronda os onze mil euros, situação que, no seu entendimento, torna o acesso à habitação incomportável para grande parte da população portuguesa. Disse ainda que, em Amarante, existirão cerca de três mil imóveis devolutos, enquanto continua a verificar-se escassez de oferta de habitação para arrendamento. Referiu que seria importante aproveitar os fundos do PRR destinados à habitação, acrescentando que, segundo o conhecimento existente, tal terá acontecido no concelho, embora tenha solicitado esclarecimentos sobre o ponto de situação concreto dessas medidas em Amarante. -----

-----No que respeita ao programa municipal "Habit'Amarante", disse que o mesmo pretende aumentar a oferta de habitação para arrendamento a custos acessíveis, através da colocação de imóveis devolutos no mercado de arrendamento, beneficiando simultaneamente proprietários e inquilinos. Nesse sentido, questionou qual o número de proprietários aderentes ao programa, quantas habitações já foram integradas e quantos candidatos se encontram inscritos. Referiu também que foi lançado um programa de construção e reabilitação de 349 habitações, no qual o Município irá gastar 30.000.000€, dos quais 17.000.000€ já se encontram aprovados e em execução. Acrescentou que gostaria de saber para quando está prevista a aprovação dos restantes 13.000.000€. Sublinhou ainda que, das 349 habitações previstas, 147 correspondem a novas construções e 202 a reabilitações, acrescentando que, segundo a informação divulgada, o investimento permitirá aumentar em cerca de 60% o parque habitacional social do concelho e beneficiar aproximadamente 750 pessoas até junho de 2026. Questionou qual o estado atual de execução do programa e se os prazos anunciados serão efetivamente cumpridos, acrescentando que, segundo informação de que dispõe, existem habitações cujo prazo de conclusão terminou em março e que continuam ainda em obras. Manifestou igualmente preocupação pelo facto de várias freguesias do concelho não integrarem a Estratégia Local de Habitação, nomeadamente Salvador do Monte, a União das Freguesias de Bustelo, Carneiro e Carvalho de Rei, bem como a União de Freguesias de Aboadela, Sanche e Candemil. Referiu tratar-se de freguesias de baixa densidade populacional e mais afastadas da sede do concelho, questionando os motivos da sua não inclusão. Acrescentou que as freguesias mais abrangidas pelas intervenções habitacionais continuam a ser a União das Freguesias de Amarante (São Gonçalo),

Madalena, Cepelos e Gatão, Vila Meã, Telões, União das Freguesias de Figueiró (Santiago e Santa Cristina), Louredo e Gouveia (São Simão), defendendo que seria importante assegurar um tratamento mais equilibrado de todo o território concelhio.

-----Relativamente ao Bairro Cancela de Abreu, referiu que não acrescentaria mais considerações, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha respondido anteriormente à questão.-----

-----Por fim e relativamente à estação ferroviária, disse que, segundo foi referido anteriormente, está previsto um investimento na ordem dos 3.000.000€ e a criação de uma futura “Estação do Conhecimento”. Solicitou, por isso, esclarecimentos adicionais sobre o conceito, os objetivos e as valências previstas para aquele equipamento. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo**, em resposta ao Senhor António Adelino, referiu que, até à próxima Assembleia Municipal, o problema daquelas escadas estará resolvido. -----

-----Relativamente à questão do aterro em Celorico de Basto, fez questão de esclarecer que o Município de Amarante, bem como o próprio enquanto Presidente da Câmara Municipal, nunca afirmou que o aterro deixaria de continuar, visto que o mesmo não se localiza no concelho de Amarante. Sublinhou que essa posição foi assumida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Celorico de Basto, posição essa que, segundo referiu, continua igualmente a ser defendida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lousada. -----

-----Acrescentou que todos reconhecem tratar-se de um problema comum, sendo conhecidas as implicações que esta situação traz também para Amarante e para o território envolvente em sentido mais lato. Referiu, contudo, que os resíduos terão sempre de ser colocados num local a definir. -----

-----Disse existirem conversações, vontades e esforços no sentido de encontrar soluções alternativas, através da adoção de medidas relacionadas com a coincineração. Acrescentou que se tem falado da Lipor e de outros equipamentos semelhantes como possíveis respostas para esta problemática, reconhecendo-se o impacto negativo que os aterros representam para as populações e para a qualidade de vida em comunidade. Sublinhou, no entanto, que o Município de Amarante não tem qualquer intervenção direta neste processo e que, até à presente data, nem sequer foi chamado a pronunciar-se sobre qualquer assunto relacionado com o território do concelho nesta matéria. Relativamente ao espaço referido pelo Senhor António Adelino, esclareceu que o Município não tem conhecimento de qualquer

intenção relacionada com aterros naquele local. Acrescentou apenas existir conhecimento de uma intenção para instalação de uma empresa ligada à produção de placas industriais. Terminou reafirmando a posição assumida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Celorico de Basto, segundo a qual o município em questão se encontra vinculado contratualmente até 2028, não estando disponível, após essa data, para continuar a acolher o lixo no aterro e que, no seu entendimento, Celorico já contribuiu significativamente para o interesse coletivo nesta área. -----

-----Relativamente à intervenção do Senhor António Gonçalves, referiu que a questão colocada incidia concretamente sobre a intervenção prevista para a Alameda Teixeira de Pascoaes. Disse ter assumido o compromisso, na reunião da Câmara Municipal, de apresentar o projeto logo que este estivesse definitivamente concluído, motivo pelo qual aguarda ainda a versão final para posteriormente o levar à apreciação do executivo municipal. Acrescentou, contudo, que parte do projeto já foi dado a conhecer e que essa componente não sofrerá alterações. Procedeu depois à apresentação de uma imagem ilustrativa do futuro muro, explicando tratar-se da perspetiva prevista para a intervenção. Referiu que, quando observado da outra margem do rio, a diferença é residual, sendo apenas perceptível num olhar mais atento, designadamente pelo facto de o muro passar a ser mais comprido e deixar de incluir as chamadas “meias laranjas”. Sublinhou que essas “meias laranjas” nem sempre existiram, referindo que, consultando fotografias antigas, se verifica que, no século XX, o muro existia sem esses elementos. Acrescentou ainda que, nessa época, o muro apresentava uma configuração bastante diferente da atual. Reconheceu o valor histórico do espaço, mas manifestou convicção de que a intervenção irá melhorar o local, tal como aconteceu com intervenções anteriores. Explicou que a obra pretende não apenas requalificar o muro, mas também transformar a praça adjacente, atualmente ocupada por veículos automóveis, num espaço mais acessível, mais aprazível e mais vocacionado para o convívio, lazer e vida em comunidade. Referiu ainda que, parte do muro não será alvo de intervenção e reafirmou que o projeto será apresentado logo que esteja concluído. -----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Nuno Freitas, referiu que, em praticamente toda a sua exposição sobre habitação, foram utilizados dados corretos, considerando apenas menos adequado o uso da expressão “gastar”, defendendo antes que o Município está a “investir” em habitação e na requalificação de edifícios. Sublinhou que o Município de Amarante soube aproveitar bem as oportunidades existentes no âmbito do PRR, recordando que já o afirmou por diversas ocasiões.

Referiu que, entre os onze municípios do Tâmega e Sousa, Amarante foi o que apresentou mais candidaturas e também aquele que viu aprovadas mais candidaturas no âmbito do PRR, sendo estas financiadas praticamente a 100%. Acrescentou que cerca de 33% das habitações aprovadas no âmbito do PRR na região correspondem ao concelho de Amarante. Confirmou os números anteriormente mencionados relativamente às mais de 300 habitações novas ou reabilitadas, das quais 147 correspondem a novas construções. Acrescentou que, através do protocolo celebrado com a Santa Casa da Misericórdia, existem igualmente habitações integradas na Estratégia Local de Habitação, como por exemplo, em Mancelos, destinadas posteriormente a arrendamento com custos controlados. Referiu que, somando essas intervenções às habitações previstas para o Bairro Cancela de Abreu, o Município já se encontra muito próximo do número global de habitações aprovadas. Disse ainda que apenas uma candidatura submetida não obteve aprovação no âmbito do PRR, tratando-se de um edifício com 21 frações na zona do Tarrafal, bem como de um conjunto de 12 habitações destinadas a uma comunidade específica residente em condições degradadas. Recordou a polémica gerada na altura, relacionada com a ideia de que se estariam apenas a construir habitações para determinada etnia, considerando que essa controvérsia terá contribuído para a inexistência de concorrentes à empreitada, razão pela qual essas habitações ainda não avançaram. Acrescentou que, posteriormente, houve uma reformulação do projeto, na tentativa de atrair empresas, aguardando-se agora novos desenvolvimentos. Manifestou, contudo, expectativa de que essas habitações venham a ser concretizadas, explicando que o Município possui uma Estratégia Local de Habitação aprovada, enquadrada num acordo celebrado com o Governo, no âmbito do qual os investimentos seriam financiados em 60%, acrescidos de 20% a fundo perdido e 20% através de empréstimos com juros bonificados. Demonstrou esperança de que, mesmo fora do PRR, ainda seja possível concretizar essas intervenções. -----
-----Esclareceu também que não é verdade que existam obras cujo prazo tenha terminado sem possibilidade de conclusão, referindo que todas as intervenções poderão prolongar-se até junho e eventualmente até agosto, mantendo-se, ainda assim, dentro dos prazos que evitam qualquer penalização para o Município. -----
-----Acrescentou que foi recentemente lançada uma nova empreitada destinada aos arranjos exteriores, trabalhos esses não incluídos nas candidaturas do PRR. Referiu que algumas obras se encontram praticamente concluídas e que outras, embora em fases distintas, continuam dentro dos prazos previstos. -----

----- Quanto à questão das freguesias não contempladas, esclareceu que nunca existiu intenção de privilegiar determinadas freguesias em detrimento de outras. Explicou que o critério utilizado passou essencialmente pela existência de terrenos municipais disponíveis ou de edifícios devolutos passíveis de recuperação para fins habitacionais. Nesse contexto, enumerou várias intervenções em curso, designadamente em União das Freguesias de Olo e Canadelo, Rebordelo, Gouveia (São Simão), Aldeia Velha, Infesta e Ovelhinha em Gondar, Vila Chã de Marão, Vila Meã, muitas delas em antigas escolas devolutas recuperadas para habitação. Referiu ainda a existência de um edifício com dezassete frações em Ataíde, Vila Meã, justificando a sua localização pela disponibilidade de terrenos municipais naquela zona. --- -----

----- Sublinhou que a Estratégia Local de Habitação visa simultaneamente recuperar património devoluto, dar-lhe nova vida e promover a fixação de população nas freguesias. Informou ainda que já foi realizado o concurso para atribuição destas habitações, recordando que 35% das mesmas estavam destinadas a jovens, sem sujeição aos critérios habituais de rendimento aplicáveis às restantes candidaturas. Lamentou, contudo, que tenham ficado cinco habitações por atribuir devido à inexistência de candidatos jovens suficientes para ocupar essas frações. -----

----- Referiu igualmente que algumas famílias contempladas recusaram as habitações atribuídas por estas não se localizarem no centro da cidade, situação que, no seu entendimento, deve merecer reflexão, atendendo à qualidade das habitações em termos energéticos, construtivos e de conforto. Acrescentou que se registaram quatro desistências, mas que a lista de candidatos continua extensa, permitindo a atribuição às pessoas imediatamente seguintes na classificação. -----

----- Por fim, informou que, no âmbito do Portugal 2030, haverá uma reformulação de verbas inicialmente destinadas à CIM-TS, prevendo-se que parte dessas verbas possa vir a ser afeta à habitação. Manifestou o desejo de que essas verbas sejam dirigidas exclusivamente ao arrendamento acessível. -----

----- Relativamente à estação ferroviária, confirmou que, aquando da elaboração do projeto e da sua conceção inicial, estava prevista a instalação de um curso de ensino superior naquele espaço, ao abrigo de um contrato-programa celebrado com uma instituição de ensino superior. Referiu, contudo, que o projeto já remonta a alguns anos e que, entretanto, ocorreram atrasos relacionados com a candidatura ao Portugal 2030. Sobre a garantia de concretização desse protocolo, admitiu não poder assegurar, que o contrato venha a ser efetivado nos moldes inicialmente previstos.

Ainda assim, afirmou acreditar que o espaço terá uma função ligada ao ensino e ao conhecimento, seja com a instituição inicialmente prevista ou com outra entidade, manifestando esperança de que o futuro equipamento faça jus à designação de "Estação do Conhecimento". -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal fez a leitura em voz alta da ordem do dia, passando-se de imediato à sua apreciação. -----

-----Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, informou que na discussão e votação dos pontos da ordem do dia se aplicariam os tempos da grelha B, à exceção do ponto n.º 3, que se aplicaria a grelha A. -----

----- **1 - Relatório de atividades e situação financeira do Município** – Para conhecimento. -----

-----O deputado Miguel Varejão, do Grupo Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção: -----

-----"Quería saber se é possível que estes relatórios venham sempre com a informação acumulada, uma vez que a prática nem sempre é a mesma e isso interfere na análise que pode ser feita ao documento. -----

-----Por exemplo, neste relatório, ficámos sem saber os dados relativos ao mês de fevereiro, uma vez que este só refere o mês de março e o da anterior Assembleia só referiu janeiro. Obviamente que, como foi apresentado em fevereiro, é normal, mas pedia que sempre que houvesse relatórios que viessem com informação acumulada. -----

-----Avançando então com a análise do relatório, solicitámos os seus esclarecimentos no seguinte ponto, nomeadamente Programa Primeiro Direito e Estratégia Local de Habitação. O documento faz um resumo das obras executadas e em curso. No entanto, pedia-lhe que nos esclarecesse se prevê que todas as candidaturas deste programa sejam executadas e qual a previsão de entrega das habitações já concluídas depois de determinada audiência prévia do procedimento concursal já realizado. -----

-----Consideramos que investir é importante, mas este investimento, sem uma leitura clara de prioridades e sem avaliação de impacto, pode significar apenas mais despesa e não necessariamente melhor política pública. E, como se encontram a decorrer diversas obras com programas de apoios diferenciados, propomos que se priorizem as obras do PRR, direcionando a oferta de mercado de construção para estes projetos, uma vez que a sua data de conclusão é obrigatória até final de 2026.

Outro ponto importante e evidente deste relatório é que há uma enorme listagem de iniciativas, projetos, eventos e procedimentos. Mas pouco ou nenhuma avaliação concreta dos seus resultados. Sabemos o que foi feito. Não sabemos com rigor quais os seus efeitos. Sugerimos, como oportunidade de melhoria, que possa haver métricas de avaliação e indicadores de resultados, permitindo identificar as melhores práticas e iniciativas para o futuro. -----

-----No que diz respeito à recolha de resíduos, falou-se aqui do problema dos aterros, verifica-se, nos valores apresentados do primeiro trimestre, que continuamos a ter um elevado volume de recolha de indiferenciados e pouca recolha seletiva. Perguntamos que medidas estão a ser pensadas ou implementadas para reduzir este problema.-----

-----Na área social, os números mostram 679 processos de RSI e mais de 1.200 beneficiários. Isto revela uma realidade que não podemos ignorar e demonstra que há muitas famílias a precisar de apoio, e isto deve obrigar-nos a pensar. As políticas estão a resolver ou a gerir o problema? Há uma estratégia de prevenção ou apenas resposta assistencial?-----

-----Este relatório mostra, obviamente, um município ativo, com capacidade de execução e de crescimento, mas crescer não é apenas fazer mais. Temos o orçamento municipal mais elevado de sempre. É possível fazer mais e melhor, com critério e com especial foco naquilo que for sempre o melhor para as condições e qualidade de vida dos amarantinos.” -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo**, começou por abordar o Programa Primeiro Direito. Referiu que já havia esclarecido anteriormente esta matéria, reiterando que todas as habitações financiadas através do PRR e atualmente em construção serão concluídas e entregues. Acrescentou que o concurso para atribuição dessas habitações já foi realizado e que a lista de ordenação final dos candidatos já se encontra definida. Explicou ainda que, o Município está atualmente a desenvolver os trabalhos relacionados com a constituição das propriedades horizontais, encontrando-se as intervenções na sua fase final e dentro dos prazos estabelecidos pelo PRR. -----

-----Relativamente ao relatório financeiro, tomou nota da observação efetuada, referindo que os valores acumulados deveriam constar do documento e reconhecendo que, caso não constem, essa situação será corrigida. -----

-----Quanto à recolha de resíduos, informou que, apenas no primeiro trimestre do ano, foram instalados mais de trinta ecopontos, com o objetivo de aumentar a

proximidade aos cidadãos e incentivar a reciclagem. Acrescentou que têm vindo igualmente a ser implementadas medidas na área dos bio resíduos, através da instalação de mais equipamentos destinados a esse tipo de recolha. Sublinhou que este é um trabalho contínuo e que exige persistência. Referiu, contudo, que as quantidades de resíduos depositadas em aterro têm vindo a aumentar, situação que considera preocupante, não apenas pelos custos financeiros associados, mas também pelo impacto ambiental que acarreta. Recordou, a esse propósito, a discussão anteriormente realizada sobre os aterros e as respetivas implicações para respetivos territórios e populações. Acrescentou que o aumento das quantidades depositadas em aterro não significa que o Município não esteja a adotar medidas, uma vez que têm sido implementadas diversas iniciativas. Considerou, porém, que a sociedade atual apresenta níveis de consumo cada vez mais elevados, realidade que inevitavelmente se reflete na produção de resíduos. Referiu ainda que, uma das medidas adotadas foi a distribuição de compostores, recordando que já foram entregues cerca de setecentos equipamentos. Considerou que este conjunto de iniciativas contribuirá para reduzir a quantidade de resíduos depositados nos contentores, embora reconheça que se trata de um problema que deve ser encarado de forma direta e permanente.-----

-----Relativamente à questão do Rendimento Social de Inserção, referiu que a principal preocupação passa por resolver e gerir situações de vulnerabilidade social. Salientou que quem trabalha na área social conhece bem as dificuldades associadas à retirada de pessoas de contextos de exclusão ou dependência. Acrescentou que a resolução destes problemas depende também de uma sociedade mais desenvolvida, com mais emprego e maiores qualificações. Considerou que o atual contexto de quase pleno emprego deve constituir um incentivo para que mais pessoas integrem o mercado de trabalho, obtenham rendimentos próprios e alcancem melhores condições de vida. -----

-----Relativamente à observação de que o Município demonstra capacidade e dinamismo, mas que é sempre possível fazer mais e melhor, afirmou partilhar esse entendimento, considerando que existe sempre margem para melhorar a ação municipal. -----

-----No que respeita ao orçamento municipal, reconheceu que o valor apresentado é elevado, mas convidou os presentes a compararem o orçamento de Amarante com os de municípios vizinhos, como Felgueiras ou Marco de Canaveses, de dimensão semelhante ou até superior, para retirarem as respetivas conclusões. -

-----Esclareceu que o orçamento corrente do Município não corresponde aos cerca de 115.000.000€ apresentados, situando-se normalmente em torno dos 60.000.000€. Considerou que a diferença entre estes valores demonstra a capacidade do Município para captar financiamento externo e concretizar investimentos adicionais. -----

-----Referiu que a área da habitação contribuiu significativamente para o aumento do orçamento, mas destacou igualmente o impacto dos financiamentos obtidos através do Portugal 2030 e dos programas relacionados com a construção de creches. -----

-----Acrescentou que, apenas na área do saneamento, estão previstos investimentos na ordem dos 7.000.000€, dos quais mais de 3.000.000€ serão financiados através do Portugal 2030, e montante restante suportado pelo orçamento municipal. -----

-----Concluiu afirmando que a principal preocupação do executivo municipal passa pela concretização dos investimentos previstos, sublinhando que a prioridade é executar os projetos planeados e transformar os financiamentos obtidos em obra realizada e benefícios concretos para a população. -----

-----Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

----- **2 - Relatório do auditor externo de informação sobre a situação económica e financeira do Município relativo ao segundo semestre de 2025** – Para conhecimento – (Registo n.º 901/2026/01/29). -----

----- Inscreveram-se para usar da palavra: -----

----- **O senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Municipal do PS**, referiu que o seu grupo político leu atentamente o relatório, pelo que dispensaria a sua apresentação pelo Senhor Revisor Oficial de Contas. -----

----- **Foi dada a palavra ao Senhor Revisor Oficial de Contas, António Anjos**, que começou por referir que estava presente para apresentar as contas do município da forma mais objetiva possível, manifestando disponibilidade para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais e adiantando que procuraria ser breve na sua intervenção. -----

-----Explicou que o documento em análise sintetizava a situação económico-financeira do município e decorria das obrigações legais associadas à prestação de contas do exercício de 2025. -----

-----Relativamente à execução orçamental, informou que a execução da receita atingiu, em termos globais, 99,66%, correspondendo 99,53% à receita corrente e 99,86% à receita de capital, considerando que os números falavam por si. No que respeita à despesa, referiu que a execução da despesa corrente atingiu 87,56%, enquanto a despesa de capital se situou nos 67,27%. Acrescentou que, globalmente, o grau de execução orçamental da despesa foi de 79,12%.-----

----- Quanto à situação económica e financeira do Município, explicou que a componente de rendimentos totalizou 54.600.000€. Indicou ainda que a receita própria do município representou 38,96% do total, resultando essencialmente de impostos, contribuições e taxas, bem como de vendas e prestações de serviços. Referiu que não iria detalhar todas as verbas por considerar que tal ocuparia demasiado tempo, mas assegurou que poderia fornecer informação mais detalhada caso fosse solicitado. -----

----- No que diz respeito aos gastos económicos, esclareceu que estes totalizaram 51.600.000€, destacando os fornecimentos e serviços externos, isto é, as aquisições de bens e serviços operacionais, bem como os gastos com pessoal, que ascenderam a 17.500.000€. Destacou igualmente as transferências e subsídios concedidos, no montante de 7.500.000€. -----

----- Acrescentou que existiam ainda gastos sem tradução monetária direta, mas relevantes do ponto de vista contabilístico, nomeadamente os gastos de depreciação e amortização, que rondaram os 7.000.000€ e resultaram da perda de valor dos ativos pelo seu uso.-----

-----Relativamente aos resultados, salientou que o principal objetivo dos municípios não era gerar resultados financeiros, mas sim, prestar serviços de qualidade à população. Ainda assim, informou que o EBITDA atingiu 10.700.000€. Acrescentou que o resultado operacional, já considerando as depreciações, foi de 3.600.000€ e que o resultado líquido do exercício, coincidente com o resultado antes de impostos, fixou-se em 2.900.000€. -----

----- Quanto à análise financeira, informou que as dívidas a receber, reportadas a 31 de dezembro de 2025, totalizavam 2.300.000€. -----

-----Relativamente às dívidas a pagar, incluindo financiamentos obtidos, explicou que o valor global ascendia a 24.200.000€, dos quais 2.900.000€ correspondiam a dívida de curto prazo e 21.400.000€ a dívida de médio e longo prazo. -----

----- Abordando a questão do endividamento municipal, referiu que a análise era efetuada nos termos da Lei das Finanças Locais. Explicou que o limite da dívida total

do Município era de 61.500.000€, valor calculado com base na média da receita corrente líquida dos anos de 2022, 2023 e 2024, multiplicada pelo fator legal de 1,5.

-----Informou que a dívida total no início de 2025 ascendia a 20.700.000€. Explicou ainda que a margem absoluta de endividamento era de 40.700.000€ e que a margem utilizável correspondia a 16.300.000€, equivalendo a 40% daquela margem.-----

-----Referiu que, em 31 de dezembro de 2025, a dívida a terceiros atingia 24.300.000€. Esclareceu que existia ainda uma dívida residual aos serviços municipalizados e associações de municípios, no valor de 198€, que considerou financeiramente irrelevante. -----

-----Acrescentou que as dívidas não orçamentais, designadamente operações de tesouraria como cauções, ascendiam a 2.300.000€. Referiu também que os empréstimos reembolsáveis excecionados, associados a participações municipais em investimentos apoiados, totalizavam 2.600.000€.-----

-----Esclareceu que a dívida total de operações orçamentais era de 19.400.000€, o que permitia uma margem até ao limite da dívida de 42.050.000€ e uma margem disponível para utilização de 17.603.000€. Mencionou que a margem disponível para utilização ascendia efetivamente a 17.600.000€ e que esse valor transitava para o exercício de 2026. Relativamente à relação entre a receita corrente e a receita de capital, informou que a primeira totalizou 52.000.000€, enquanto a segunda atingiu 14.200.000€. Explicou ainda que existiam receitas relativas a reposições não abatidas aos pagamentos, correspondentes a pagamentos indevidos que não haviam sido regularizados no próprio exercício e cuja compensação ocorreria no ano seguinte, tratando-se de um procedimento decorrente das regras da contabilidade pública. Acrescentou que o saldo de gerência do exercício anterior era igualmente inscrito como receita do exercício seguinte. Quanto à despesa, informou que a despesa corrente totalizou 39.800.000€ e que a despesa de capital atingiu 21.700.000€. Em termos percentuais, esclareceu que a despesa corrente apresentou uma taxa de execução de 87,56%, enquanto a despesa de capital, considerando as dotações corrigidas, registou uma execução de 67%. Por fim, referiu que a despesa total do município ascendeu a 71.600.000€.-----

-----Concluiu a apresentação afirmando que o Município de Amarante apresenta uma situação financeira equilibrada e positiva, colocando-se de seguida à disposição para responder a questões. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Cunha,** agradeceu os esclarecimentos prestados pelo senhor Revisor Oficial de Contas. -----

-----Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

----- **3 - Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2025** – (Registo n.º 3151/2026/04/16); -----

----- **O Senhor deputado Carlos Miranda, do Grupo Municipal do PSD,** proferiu a seguinte intervenção: -----

-----"Agradeço a intervenção do Senhor Revisor Oficial de Contas. Considero bastante esclarecedora, porque foi claro nos números que apresentou. Dizer também que a elaboração deste documento de prestação de contas do ano de 2025 exigiu certamente profunda responsabilidade, mas, acima de tudo, demonstra com enorme clareza que os resultados falam por si e que os números falam por si.-----

-----O documento que aqui debatemos não é apenas um conjunto de tabelas e de rácios contabilísticos. É o espelho de um compromisso inabalável com o povo de Amarante e com o seu futuro. É a prova de que é possível gerir a pensar nas pessoas, mas com a cabeça no rigor financeiro. É isso que estes números espelham. -----

-----O ano de 2025, como sabemos, foi um ano de grande turbulência global, como já tem sido hábito nos últimos anos. Vimos o mundo tremer com incertezas geopolíticas, com o regresso de políticas protecionistas e a manutenção de conflitos que fustigam a economia e o custo de vida dos portugueses e dos amarantinos. ----

-----Em Portugal sentimos naturalmente todas estas pressões, mas, perante este cenário difícil, Amarante e este Executivo não recuaram. Amarante não se desculpou com a conjuntura; Amarante trabalhou, executou e venceu. Olhamos para estes números e devemos olhar com retidão, porque, na política, a demagogia perde sempre para a realidade dos factos, para a realidade dos números. -----

-----Pela primeira vez na nossa história, este município atingiu um volume de receita de 78.000.000€. O maior valor de sempre. -----

-----Mas mais importante do que arrecadar receitas é saber geri-las. Fechamos o ano com um saldo orçamental de quase 16.000.000e. Isto não é dinheiro parado; é músculo financeiro, é capacidade para investir, é a garantia de que, em 2026, Amarante terá fôlego para continuar esse investimento com autonomia e capacidade.

-----No que concerne ao princípio do equilíbrio orçamental, que exige que a receita corrente bruta seja pelo menos igual à soma da despesa corrente com a amortização dos empréstimos, verifica-se que não só cumprimos esta regra de ouro

orçamental, como obtivemos uma folga de quase 11.000.000€, um número que fala naturalmente também por si. Assim, garantimos que as despesas correntes são pagas pelas receitas correntes, libertando recursos para aquilo que realmente transforma a vida das pessoas: o investimento. -----

----- Pois bem, olhem também para a nossa dívida, que já foi referida pelo Senhor Revisor Oficial de Contas, que, a 31.12.2025, era de 19.400.000€, valor bastante abaixo do limite global de 61.400.000€. Ou seja, temos uma margem de endividamento disponível de 68%, do ponto de vista global, que ascende a mais de 42.000.000€. Isto significa que utilizamos apenas um terço daquilo que a lei nos permite. Isto chama-se responsabilidade intergeracional. Estamos a construir Amarante no presente, mas não estamos a deixar uma fatura para as gerações futuras, para os nossos filhos e para os nossos netos pagarem. Chama-se também responsabilidade política. E, por isso, naturalmente, a política não se faz apenas de contas correntes e de números. Faz-se também de casas, de escolas e de dignidade.

----- Em 2025, a Estratégia Local de Habitação deixou de ser um plano no papel para ser uma realidade muito concreta no terreno. Com o apoio do PRR, estamos a garantir habitação digna para as famílias mais carenciadas, porque não há desenvolvimento se houver amarantinos deixados para trás, e este Executivo não o permite, e bem. -----

----- A reabilitação urbana que está a ser executada por este Executivo é também social, porque serve para trazer vida aos nossos centros e às nossas freguesias, atrair novos residentes e fixar os nossos jovens, para que possam viver e trabalhar em Amarante. -----

----- E, quando falamos de coesão, falamos de todo o concelho, desde o centro da cidade até às freguesias mais rurais e mais distantes. -----

----- O investimento no sistema viário e a proximidade com as referidas juntas de freguesia provam que, para este Executivo, não há cidadãos de primeira e cidadãos de segunda; há amarantinos que merecem igual respeito. Cada euro investido numa freguesia mais rural deve ter o mesmo valor político que o investimento feito nas zonas mais centrais. -----

----- Senhoras e Senhores Deputados, o ano de 2025 ficou marcado pelo arranque de inúmeras obras estruturantes que definem o futuro da nossa terra. -----

----- Graças à nossa capacidade de captar fundos comunitários, ao contrário daquilo que bem nos lembramos ter acontecido num passado de má memória, conseguimos, nomeadamente através do Portugal 2030, avançar com a

requalificação da Escola Básica da Torreira e do Jardim de Infância de Real. Investir na educação é o único caminho para a liberdade e para a competitividade do nosso concelho. E, para criar emprego, naturalmente que são precisas infraestruturas. ---
-----O Viaduto do Salto, a nova vida que será dada à antiga estação de caminho de ferro e a aposta nas áreas de acolhimento empresarial são sinais claros para o mercado. Amarante é um concelho amigo das empresas. Estamos prontos para as receber, para gerar riqueza e para criar postos de trabalho qualificados para os amarantinos. Não há dúvidas de que o futuro de Amarante depende da iniciativa privada, pois é indiscutível que é esta que cria riqueza e emprego. -----
-----E, naturalmente, também não podemos esquecer as famílias. Para isso, a nova rede de creches é uma resposta concreta de que os pais amarantinos precisam para conciliar a sua vida profissional e familiar. É, naturalmente, uma política social de proximidade. -----
-----Um último ponto que não gostaria de deixar de sublinhar, e que já é apanágio deste Executivo, é a relação com aqueles que trabalham com o Município de Amarante, com os seus fornecedores. Assim, pelo quarto ano consecutivo, este Executivo pagou a todos os fornecedores as faturas validadas até 31 de dezembro de 2025. Num mercado onde a liquidez é essencial, a Câmara Municipal de Amarante é, indiscutivelmente, um parceiro de confiança para os seus fornecedores. Não retém pagamentos para maquilhar contas; paga a tempo e horas porque respeita as empresas, respeita o comércio local e respeita a economia amarantina. -----
-----Este documento de prestação de contas de 2025 é, pois, um atestado de vitalidade deste município. Amarante está mais forte, está mais resiliente e está mais preparada para o futuro. Temos as contas certas, mas estamos igualmente abertos ao futuro. Temos o rigor de quem sabe gerir o dinheiro público e a ambição de quem quer fazer de Amarante o melhor lugar para viver, para trabalhar e para investir. ---
-----Neste contexto, naturalmente, o sentido de voto da bancada do PPD/PSD será favorável à aprovação do Relatório de Gestão e dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2025. -----
-----Senhoras e Senhores Deputados, os números não mentem. A obra está à vista. Contra o pessimismo e a demagogia de alguns, apresentamos o otimismo dos resultados, dos números concretos e verdadeiros. Contra a incerteza dos tempos, apresentamos a estabilidade de uma governação firme, a pensar no desenvolvimento, na sustentabilidade e, acima de tudo, nos amarantinos.” -----

----- **O Senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Municipal do PS, proferiu a seguinte intervenção:**-----

-----“Passamos do maior orçamento de sempre para uma execução muito aquém do anunciado. Eu diria que era um verdadeiro pudim molotov orçamental: impressionante na apresentação, mas frágil na consistência. Porque, apesar de uma execução da receita apresentada muito próxima dos 100%, sabemos hoje que isso não resulta do rigor da previsão inicial, mas das sucessivas alterações ao longo do ano, que ajustaram o orçamento à realidade.-----

----- Confirma-se, assim, aquilo que o Partido Socialista alertou desde o início: um orçamento sobrestimado, orientado mais para o efeito político do anúncio do que para um planeamento financeiro sério e credível. -----

----- O próprio documento é claro. Foram anunciados mais de 103.000.000€, mas a receita efetivamente cobrada ficou pelos cerca de 77.000.000€. É um desvio significativo que levanta uma questão simples: estávamos perante um orçamento realista ou um orçamento de anúncios? -----

----- Senhor Presidente, também do lado da despesa o retrato é esclarecedor. A despesa total ficou nos cerca de 61.600.000€, com uma execução global de apenas cerca de 79%. E, quando olhamos para a estrutura da despesa, o problema torna-se ainda mais evidente. Cerca de 40.000.000€ correspondem à despesa corrente e 21.700.000€ à despesa de capital. Ou seja, quase dois terços da despesa estão concentrados no funcionamento da autarquia. Este desequilíbrio limita claramente a capacidade de investimento estratégico. -----

----- Na despesa corrente há um dado particularmente preocupante: a rubrica “Outros Serviços” cresce 31% num único ano, passando de 5.700.000€ no ano passado para 7.460.000€ em 2025. Trata-se de uma rubrica agregadora que exige transparência e explicação, mas que surge no documento sem a devida fundamentação clara. Se a este valor somarmos os cerca de 17.400.000€ em despesas com pessoal, a questão impõe-se: não estará o Executivo a concentrar recursos em excesso no funcionamento interno e na contratação externa, em detrimento do investimento estruturante? -----

----- E deixo uma pergunta direta ao Senhor Presidente da Câmara: considera sustentável este crescimento das despesas com serviços externos, sem uma explicação clara das opções tomadas e dos resultados alcançados? -----

----- Senhor Presidente, a prestação de contas de 2025 é mais do que um documento técnico; é um momento de avaliação política. E é aqui que se mede a

distância entre o que foi anunciado e o que foi concretizado. Estas contas não são neutras. Resultam de um orçamento aprovado pela maioria PSD/CDS. Traduzem escolhas, prioridades e uma visão. -----

-----A questão é inevitável: é esta visão que responde aos desafios de Amarante? Se há um ponto crítico nesta prestação de contas é o investimento. Porque governar não é apenas anunciar; governar é concretizar. -----

-----Os números são claros: cerca de 52.200.000€ de investimento previstos nas GOP's e cerca de 39.300.000€ executados. Ou seja, cerca de 13.000.000€ ficaram por concretizar. E importa perguntar: o que ficou por fazer com estes 13 milhões de euros? Que obras não avançaram? Que problemas ficaram por resolver? Não é apenas um número; são oportunidades perdidas. -----

-----Mas há uma questão ainda mais exigente. Não é apenas quanto se executou; é onde não se executou. E é aqui que os dados são claros. Existem áreas estruturantes com níveis de execução claramente abaixo do desejável: Economia, Inovação e Emprego, cerca de 41%; Juventude e Desporto, cerca de 56%; Coesão Social, cerca de 58%. São áreas críticas para o futuro do nosso concelho: emprego, fixação da população jovem e resposta social. E é precisamente aí que a execução falha. -- -----

-----Enquanto isso, a despesa de capital, no seu conjunto, fica pelos cerca de 67% de execução, confirmando as dificuldades em concretizar o investimento.-----

-----Senhor Presidente, este cenário torna-se ainda mais preocupante quando olhamos para o PRR e para os fundos comunitários. Temos um financiamento disponível como nunca. Aliás, uma medida claramente impulsionada pelo Partido Socialista quando estava no Governo, tendo sido negociado o maior envelope financeiro de sempre para as autarquias. Temos uma oportunidade única. Mas a questão é inevitável: estamos a aproveitá-la ou a deixá-la escapar? Porque, se a execução não acompanha os prazos, o risco é real: perder fundos, perder investimento e perder desenvolvimento. -----

-----Também no plano institucional estas contas apresentam sinais que merecem reflexão. Há uma forte dependência de financiamento externo e a questão é simples: o que acontece quando esses fundos terminarem? Existe uma estratégia para esse momento? Ou estamos apenas a gerir o presente sem preparar o futuro?-----

-----Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a conclusão é clara: há financiamento disponível, há projetos previstos, mas falta execução onde ela faz a diferença. E é por isso que o Partido Socialista não pode validar estas contas. A nossa

posição é de abstenção. Uma abstenção responsável, mas exigente. Uma abstenção que deixa uma pergunta política muito clara: É este o nível de execução que Amarante merece? Amarante não precisa de mais anúncios, precisa de mais concretização. Não precisa apenas de planos, precisa de resultados. -----

-----E deixo uma última pergunta: quando é que o investimento vai deixar de ser anunciado e passar a ser efetivamente cumprido?-----

-----**O Senhor deputado Vítor Rei, do Grupo Municipal do PSD,** referiu que a questão colocada sobre o que aconteceria quando terminassem os fundos comunitários já havia sido, de certa forma, respondida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal ao longo da sessão. -----

-----Salientou que a Câmara Municipal tem demonstrado capacidade para aproveitar os fundos comunitários disponíveis, recordando que o Senhor Presidente da Câmara Municipal já havia enumerado diversos investimentos em curso financiados através desses instrumentos. -----

-----Relativamente às contas em apreciação, considerou que estas refletem não apenas a execução de um orçamento referente a um exercício já concluído, mas também uma estratégia de futuro, por entender que lançaram as bases para investimentos atualmente em execução e para outros previstos para os próximos anos.-----

-----No que respeita à despesa corrente, defendeu que a mesma constitui uma componente essencial da atividade municipal, por permitir assegurar o funcionamento dos serviços, a elaboração de projetos e a preparação dos investimentos necessários ao desenvolvimento do concelho. Acrescentou que a inexistência dessa despesa comprometeria a capacidade de concretização de projetos futuros. -----

-----Referiu ainda que, na sua perspetiva, o concelho viveu durante muitos anos com limitações ao nível do investimento e da concretização de projetos, manifestando discordância relativamente à posição expressa pela bancada do Partido Socialista sobre esta matéria. -----

-----Concluiu afirmando que, quando os fundos comunitários terminarem, será possível avaliar e reconhecer o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal na sua captação e execução, considerando que o município tem vindo a aproveitar os recursos disponíveis para promover o desenvolvimento de Amarante. -----

-----**O Senhor deputado Filipe Macedo, do Grupo Político do CDS-PP,** proferiu a seguinte intervenção: -----

-----“Estamos aqui hoje para analisar o espelho da nossa gestão em 2025. Mas, antes de entrar nos números, permitam-me uma nota pessoal e política. O CDS-PP, que tenho a honra de liderar nesta Assembleia, é e será sempre uma força viva em Amarante. -----

-----Independente de estarmos ou não em funções de permanência, o nosso compromisso com os Amarantinos não bate o ponto às cinco da tarde. Para nós, o tempo para Amarante é total e incondicional, porque a nossa dedicação à causa pública não depende de cargos, mas sim de convicções. -----

-----Olhando para estas contas, percebemos por que razão o Partido Socialista escolheu a confortável sombra da abstenção, aliás como já é habitual em alguns temas importantes. -----

-----Para o PS, é difícil reconhecer e votar a favor, do maior volume de receita arrecadada de sempre (78.000.000€) e de uma gestão que garante o pagamento a todos os fornecedores até ao último dia do ano. -----

-----Os vereadores do PS em reunião de câmara do dia 21 de abril abstêm-se neste ponto, emitindo declaração de voto na tentativa frustrada de ocultar a sua competência, pois, criticar o executivo por utilizar termos técnicos no relatório de contas é, no mínimo, redutor. -----

-----Um relatório desta natureza exige rigor conceptual e linguagem própria da área, tal como na engenharia civil, área que bem conheço, “Betão” é “Betão”, e não “cimento com pedras”. Na contabilidade, um “proveito” não é apenas uma “entrada de dinheiro”, mas um conceito técnico com significado específico. Simplificar em excesso pode até gerar conclusões erradas. -----

-----O PS fala em 'falta de tempo' para analisar o documento, mas tempo é o que não falta a quem quer realmente trabalhar pelo concelho. Tudo isto demonstra a escolha acertada dos amarantinos ao elegerem a coligação Afirmar Amarante para liderar os destinos do concelho, demonstrando que o Partido Socialista nunca esteve preparado para assumir esse desafio. -----

-----Criticam a dependência de fundos externos, como o PRR ou o Portugal 2030, mas o que propunham? -----

-----Que Amarante desperdiçasse milhões de euros de financiamento europeu por puro capricho ideológico? -----

-----Captar investimento estruturante para a Habitação ou para a Requalificação de Escolas não é dependência, é competência estratégica. Os números não mentem, aliás desmentem a narrativa do 'orçamento sobrestimado'. Tivemos um Resultado

Líquido Positivo de quase 3.000.000€. Temos um ativo de 189.000.000€, face a um passivo de apenas 33.000.000€.

Mais importante: onde gastamos o dinheiro?

- As funções sociais representam mais de metade do nosso esforço financeiro.

- Cumprimos o equilíbrio corrente com uma margem de 10.870.000€.

- Mantemos uma capacidade de endividamento disponível de 68%.

Isto não é 'falta de ambição', como diz o PS. Isto é responsabilidade para com as gerações futuras de amarantinos.

Sr. Presidente, a coligação está de parabéns. Estas contas provam que Amarante está no caminho certo: o caminho do investimento sem desequilíbrio e do apoio social sem demagogia.

Aos deputados e vereadores eleitos do Partido Socialista, deixo um desafio:

Já que o termo "recomendação" parece estar em cima da mesa, sigam o exemplo do CDS e apresentem ao Executivo uma recomendação para a criação de um curso básico de gestão autárquica, ou literacia financeira.

Talvez assim, consigam interpretar o relatório de contas com o mínimo de rigor e retirar conclusões sérias, por exemplo: perceber de que forma o aumento de taxas de operações de loteamento e da receita de IMT, verificadas no relatório de 2025 podem contribuir para o desempenho do exercício do ano seguinte.

Dito isto, menos declarações de voto focadas em dificuldades técnicas e mais trabalho de proximidade, caso não consigam, façam pelo menos como alguns deputados, não dizem nada, mas votam favoravelmente.

O CDS cá estará, como sempre, com o seu olhar atento e o seu tempo dedicado a esta terra, para garantir que Amarante continua a afirmar-se como um exemplo de boa gestão no norte do país.

Assim, deixo duas perguntas concretas ao Senhora Presidente da Câmara:

Perante este cenário de solidez financeira e com uma margem de endividamento de 68%, pergunto-lhe: considera que este rigor nas contas de 2025 é apenas um exercício contabilístico ou é, acima de tudo, a garantia de que Amarante terá 'músculo' financeiro para enfrentar qualquer crise externa sem nunca ter de sacrificar os amarantinos?

Face ao resultado líquido de 3.000.000€ acredita que este é o "combustível" necessário para que se acelere ainda mais os projetos estruturantes que Amarante esperou durante décadas?"

-----**O Senhor deputado Carlos Miranda, do Grupo Político do PSD**, referiu ter dificuldades em compreender qual é, efetivamente, a estratégia e a visão política do Partido Socialista para o concelho. -----

-----Sustentou que existe uma aparente contradição na posição assumida pelo Partido Socialista, na medida em que, por um lado, critica aquilo que considera ser uma excessiva dependência dos fundos comunitários e, por outro, acusa o Município de não executar esses mesmos fundos ao ritmo desejável, chegando mesmo a alertar para o risco de perda de financiamento.-----

-----Considerou que estas duas posições são difíceis de compatibilizar, defendendo a necessidade de coerência política na apreciação desta matéria. -----

-----Acrescentou que seria importante, não apenas enquanto membro da Assembleia Municipal, mas também enquanto amarantino, compreender qual o caminho que cada força política propõe para o desenvolvimento do concelho, referindo que não consegue identificar de forma clara a posição do Partido Socialista relativamente a esta questão.-----

-----Referiu ainda que importa analisar o percurso governativo das diferentes forças políticas representadas na Assembleia. Neste contexto, defendeu que a atual maioria PSD/CDS tem assumido uma aposta clara na captação e execução de fundos comunitários, considerando que essa não foi a estratégia seguida pelo Partido Socialista em períodos anteriores. -----

-----Acrescentou que nunca ouviu o Partido Socialista reconhecer que a estratégia adotada no passado possa ter sido inadequada, admitindo que possa ter ocorrido uma mudança de posição relativamente a esta matéria. -----

-----Concluiu afirmando que continua sem perceber qual é o posicionamento do Partido Socialista para o futuro, considerando importante que essa posição seja clarificada, uma vez que, na sua perspetiva, não é possível sustentar simultaneamente as duas posições anteriormente referidas. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo**, começou por referir que tinha ficado por responder a uma questão colocada pelo Senhor Nuno Freitas relativamente ao programa "Habit'Amarante", esclarecendo que o faria no final da sua intervenção. -----

-----Relativamente ao ponto em discussão, agradeceu as palavras do Senhor deputado Carlos Miranda, bem como a confiança demonstrada e a leitura efetuada sobre a situação do município, considerando-a, na sua perspetiva, a mais correta. --

-----Em resposta à intervenção do Senhor Deputado Cândido Zoio, manifestou discordância relativamente à análise apresentada, considerando que existia uma persistência numa narrativa que, no seu entendimento, não correspondia à realidade. Referiu que a análise da despesa corrente não pode ser feita de forma simplista, questionando se áreas como a educação, a habitação, o ambiente, a coesão social ou a cultura não constituem investimento apenas por estarem classificadas contabilisticamente como despesa corrente. -----

-----Defendeu que investimentos em requalificação de escolas, programas educativos, programas de aprendizagem e iniciativas de promoção do sucesso escolar constituem efetivamente investimento público, independentemente da sua classificação contabilística, considerando incorreto reduzir a análise da despesa corrente à ideia de mera despesa sem retorno. -----

-----Acrescentou que a crítica de que o executivo municipal governa apenas para os números ignora a realidade dos investimentos previstos e executados pelo município. -----

-----Relativamente ao aumento de 77.000.000€ para 103.000.000€, explicou que tal resulta, em grande medida, de projetos financiados por fundos comunitários que sofreram atrasos decorrentes dos procedimentos administrativos e dos calendários dos respetivos avisos. Referiu, a título de exemplo, a Estação do Conhecimento, investimento na ordem dos 3.000.000€ que estava previsto para 2025 e cuja execução transitou para período posterior. Indicou igualmente os investimentos previstos para as escolas da Torreira, de Real e de Salvador, no montante aproximado de 7.500.000€, que, juntamente com a Estação do Conhecimento, representam um acréscimo de cerca de 10.500.000€ no orçamento. Acrescentou ainda os investimentos em saneamento, no valor aproximado de 3.500.000€, cuja execução também ficou condicionada por diversos fatores administrativos e procedimentais. -----

-----Esclareceu que o Município apenas pode lançar empreitadas quando dispõe da respetiva dotação orçamental e da correspondente garantia de financiamento, seja através de receita própria, empréstimos ou fundos comunitários. Saliu que, para efeitos de candidatura a financiamento comunitário, é igualmente necessário que os investimentos estejam previamente inscritos no orçamento municipal. -----

-----Referiu que os atrasos na execução de algumas obras resultam frequentemente da demora dos concursos públicos, dos procedimentos administrativos associados e dos mecanismos de fiscalização e controlo legal,

circunstâncias que podem prolongar significativamente o período entre o lançamento de uma empreitada e o início efetivo da sua execução. -----

-----Destacou que, ao contrário do que sucede em muitos municípios, congratulou-se que o Município de Amarante continue a registar uma forte adesão das empresas aos concursos públicos lançados pelo Município, dando como exemplo o concurso para as obras de construção da creche de Vila Caiz, que contou com mais de quinze empresas concorrentes. Atribuiu essa realidade à solidez financeira do Município e à confiança que os operadores económicos depositam nesta Câmara Municipal, designadamente pelo cumprimento atempado das suas obrigações financeiras junto dos fornecedores. Referiu que o Município continua a efetuar os seus pagamentos dentro dos prazos normais de processamento, não existindo faturas com atrasos significativos, situação que contribui para a credibilidade da autarquia junto do mercado. -----

-----Sublinhou que o Executivo não inscreve investimentos no orçamento sem a correspondente garantia de financiamento e que os valores previstos decorrem de candidaturas aprovadas e de fontes de receita identificadas, embora a concretização temporal da execução dependa frequentemente de fatores externos à vontade do Município.-----

-----Acrescentou que existem projetos que gostaria de ter visto avançar mais rapidamente, designadamente, a intervenção na EN312 e as zonas industriais atualmente em fase de conclusão dos respetivos projetos, mas salientou que estes processos estão sujeitos a prazos técnicos e administrativos que nem sempre podem ser acelerados. -----

-----Considerou, por isso, que algumas críticas efetuadas à execução orçamental não atendem adequadamente às condicionantes legais, administrativas e técnicas que enquadram a atividade municipal. -----

-----Relativamente às referências feitas aos investimentos anunciados pelo executivo municipal, afirmou que estes são divulgados apenas quando existe a convicção e a garantia da sua concretização, ainda que a sua execução possa ocorrer em momentos posteriores aos inicialmente previstos.-----

-----Recordou que vários investimentos anteriormente questionados pela oposição, como a requalificação da Biblioteca Municipal Albano Sardoeira, os equipamentos desportivos e outras infraestruturas, encontram-se atualmente em diferentes fases de concretização. -----

-----Dirigindo-se ao Senhor Deputado Vítor Braga Rei, agradeceu igualmente a confiança manifestada.-----

-----Respondendo à intervenção do Senhor Deputado Filipe Macedo, referiu que a robustez financeira do Município constitui uma garantia importante para enfrentar eventuais alterações do ciclo económico, sem transferir encargos adicionais para os amarantinos. Defendeu que a gestão municipal deve conciliar ambição e prudência, permitindo concretizar investimentos e projetos estruturantes sem comprometer a estabilidade financeira da autarquia. Recordou que as recentes intempéries tiveram um impacto orçamental de cerca de 1.200.000€, para requalificações de infraestruturas, que naturalmente não estavam previstas, considerando este exemplo demonstrativo da necessidade de manter margens de segurança financeira.

-----Manifestou ainda preocupação com a evolução dos preços e com o impacto que as revisões de preços legalmente previstas poderão ter nos contratos em vigor, designadamente nos serviços de recolha de resíduos, limpeza urbana e nas empreitadas em execução. Acrescentou que a evolução dos custos dos combustíveis e de outros fatores de produção terá reflexos nos encargos municipais, circunstância que exige uma gestão prudente e responsável dos recursos disponíveis.-----

-----Por outro lado, salientou que as receitas próprias do Município têm registado um crescimento significativo, contribuindo para reforçar a autonomia financeira da autarquia. Referiu que o aumento da receita proveniente do IMI não resulta de qualquer agravamento das taxas aplicadas, mas antes do crescimento do parque habitacional, das reavaliações patrimoniais e da valorização imobiliária registada nos últimos anos. Acrescentou que a evolução positiva da atividade económica tem igualmente contribuído para o aumento das receitas municipais, designadamente através do IMT e de outras fontes associadas ao dinamismo económico do concelho.

-----Por fim, enalteceu que o aumento da população residente, do número de habitações e da atividade económica tem também reflexos no crescimento da produção de resíduos urbanos, o que exige respostas adequadas por parte do Município.-----

-----Concluiu defendendo que a gestão municipal deve continuar a combinar ambição na concretização de projetos com prudência financeira, de forma a assegurar o desenvolvimento do concelho sem impor encargos desnecessários aos amarantinos.-----

----- **O Senhor deputado Cândido Zoio, do Grupo Municipal do PS,** começou por referir que não estava nesta Assembleia para discutir a forma como apresentava

as suas intervenções, mas sim, o mérito das questões colocadas. Referiu que, até ao momento, não tinha obtido resposta relativamente ao aumento de 31% da rubrica “Outros Serviços”, salientando que as despesas relacionadas com escolas, resíduos e outras áreas já existiam em 2024. Considerou, por isso, que o aumento registado de um ano para o outro exigia uma explicação mais detalhada, defendendo que o Executivo deveria esclarecer a composição dessa despesa, correspondente a um acréscimo superior a 1.000.000€. -----

-----Relativamente aos fundos comunitários, afirmou que o Partido Socialista nunca criticou a sua utilização, sublinhando que os fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) resultaram de negociações conduzidas pelo Governo liderado por António Costa, sendo graças a esse financiamento que muitos dos investimentos atualmente em execução estão a ser realizados em Amarante e noutros municípios do país. Considerou, por isso, contraditório afirmar que o Partido Socialista é contra os fundos comunitários, defendendo que foi precisamente um Governo socialista que assegurou a sua disponibilização para Portugal. -----

-----Acrescentou que a existência de projetos em curso não substitui a concretização efetiva das obras. Referiu que, ao longo da sessão, a única situação identificada pelo Senhor Presidente da Câmara como não tendo avançado por falta de concorrentes dizia respeito a duas habitações, considerando que os cerca de 13.000.000€ de investimento não executado não poderiam ser explicados apenas por esses casos. Defendeu, por isso, que seria importante esclarecer quais os investimentos que não avançaram, quais os motivos que justificaram a sua não execução e se existiram situações de falta de concorrência ou outras dificuldades que impediram a concretização das obras previstas. -----

-----Referiu ainda que não pretendia personalizar o debate nem centrar a discussão em avaliações pessoais, defendendo que o essencial era analisar os resultados da execução orçamental. -----

-----Sustentou que, quando um orçamento é inicialmente apresentado com um valor de 103.000.000€ e a execução efetiva fica nos 77.000.000€, importa avaliar as razões que explicam essa diferença. Reiterou que cerca de 13.000.000€ de investimento previstos não foram executados e afirmou que continuará a acompanhar essa matéria em futuras prestações de contas. -----

-----Relativamente ao desafio lançado pelo Deputado Filipe Macedo, esclareceu que, no mandato anterior, o Partido Socialista privilegiava a apresentação de recomendações conjuntas entre as diferentes forças políticas representadas na

Assembleia Municipal, referindo como exemplo posições comuns assumidas em matérias como a Barragem de Fridão. -----

-----Concluiu a sua intervenção referindo, que teria gosto em frequentar um curso superior na área da Economia ou da Contabilidade, caso viesse a concretizar-se a instalação do ensino superior anunciada para a Estação do Conhecimento, manifestando, contudo, dúvidas quanto à efetiva concretização desse projeto. -----

-----**O Senhor deputado António Araújo, do Grupo Municipal do PSD,** dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e afirmou que, na sua perspetiva, algumas das explicações prestadas dificilmente seriam acolhidas por determinados membros da oposição, por entender que existe uma narrativa persistente segundo a qual nada é feito no concelho, posição que considerou não ser recente e que, no seu entender, tem sido mantida ao longo dos anos. -----

-----Relativamente à afirmação de que o Partido Socialista nunca foi contra os fundos comunitários, declarou discordar dessa interpretação, recordando a sua experiência enquanto Vereador da oposição e referindo que tem memória de posições anteriormente assumidas por responsáveis socialistas no concelho. Nesse contexto, recordou que, durante o período do QREN 2007-2013, o então executivo municipal liderado pelo Partido Socialista apresentou níveis de captação de fundos comunitários que considerou significativamente inferiores aos registados em municípios vizinhos. Referiu ainda que, na altura, quando a oposição questionou essa situação, foi transmitida a ideia de que não deveria existir uma utilização excessiva dos fundos europeus, entendimento que considerou prejudicial para o desenvolvimento do concelho. Sustentou que essa opção teve consequências negativas para Amarante, defendendo que, durante vários anos, o concelho registou um ritmo de investimento inferior ao de outros municípios da região. -----

-----Acrescentou que foi a partir dos executivos municipais iniciados em 2013, que o Município passou a adotar uma estratégia de maior aproveitamento dos fundos estruturais, permitindo concretizar investimentos que, na sua opinião, dificilmente poderiam ter sido realizados apenas com recurso às receitas próprias da autarquia. Considerou que os resultados dessa estratégia são hoje visíveis em diversas intervenções realizadas no concelho, quer na cidade, quer nas freguesias, defendendo que os investimentos efetuados contribuíram de forma significativa para o desenvolvimento de Amarante. -----

-----Referiu que é legítimo à oposição apontar insuficiências ou identificar necessidades ainda não satisfeitas, mas considerou que isso não deve impedir o

reconhecimento do investimento já concretizado. Acrescentou que a crítica permanente à ação do executivo municipal corresponde a uma opção política legítima, embora discorde da mesma.-----

-----Manifestou ainda a convicção de que o Senhor Presidente da Câmara Municipal gostaria de ver todos os investimentos executados o mais rapidamente possível, considerando que os atrasos verificados resultam, em grande medida, de fatores externos relacionados com o mercado da construção, a escassez de mão de obra e as dificuldades sentidas pelas empresas do setor, realidade que classificou como generalizada a nível nacional.-----

-----Relativamente à execução orçamental, afirmou não compreender as críticas dirigidas a um orçamento que registou a maior receita municipal de sempre. Recordou igualmente que, em exercícios anteriores, existiam previsões orçamentais associadas à venda de bens de investimento que, na sua opinião, apresentavam diferenças muito significativas entre os valores orçamentados e os efetivamente executados. Considerou que esses casos constituíam exemplos mais evidentes de sobre orçamentação do que aqueles que atualmente são apontados pela oposição. -

-----Concluiu afirmando que as dúvidas e críticas apresentadas pelos deputados da oposição são legítimas no âmbito do debate democrático, mas reiterou a sua convicção de que os resultados alcançados pelo Município demonstram uma utilização eficaz dos recursos disponíveis e uma aposta consistente no investimento e no desenvolvimento do concelho.-----

-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo**, esclareceu, relativamente à questão da habitação, que toda a informação constante dos processos era pública e acessível aos membros da Assembleia Municipal. Explicou que importa distinguir os projetos aprovados no âmbito do PRR daqueles que não obtiveram financiamento. Referiu que as 21 habitações previstas para o Tarrafal integravam uma candidatura submetida ao PRR que não foi aprovada, razão pela qual ficaram fora do financiamento daquele programa. Por outro lado, as 12 habitações anteriormente referidas tiveram candidatura aprovada e dotação financeira assegurada, mas o respetivo concurso público ficou deserto, por falta de concorrentes, possivelmente pelos motivos anteriormente mencionados.-----

-----Acrescentou que existiam ainda outras intervenções previstas no âmbito da Estratégia Local de Habitação, incluindo mais nove habitações, que integravam o investimento global estimado em cerca de 30.000.000€, embora nem todas as candidaturas tenham sido aprovadas no âmbito do PRR.-----

----- Considerou que, relativamente aos projetos efetivamente aprovados, a taxa de execução se encontrava muito próxima da totalidade prevista, estimando-a em cerca de 95%.-----

----- Referiu igualmente a existência de candidaturas associadas a protocolos de cooperação celebrados entre o Município, a Paróquia de Fregim, a Fábrica da Igreja da Senhora da Graça de Vila Caiz e a Paróquia de Vila Caiz, envolvendo cerca de nove habitações. Recordou que esses projetos acabaram por não avançar porque o contrato de cooperação foi invalidado pelo IHRU no momento da sua formalização, devido à inexistência da necessária declaração de utilidade pública. Explicou que os projetos tinham sido elaborados e que todo o trabalho preparatório havia sido desenvolvido, tendo o referido requisito sido exigido apenas numa fase final do processo, circunstância que inviabilizou a concretização das candidaturas. Sublinhou que foram precisamente esses os projetos que não chegaram a ser executados no âmbito do PRR, não existindo outros investimentos financiados por este programa que tenham ficado por concretizar. -----

----- Aproveitou ainda para referir que não pretendia retirar mérito a nenhum Governo, mas referiu que os financiamentos proporcionados pelo PRR, sobretudo na área da habitação, foram uma grande oportunidade. -----

----- No entanto, manifestou reservas relativamente ao processo de descentralização de competências na área da saúde, considerando que as competências efetivamente transferidas para os municípios se limitaram essencialmente à gestão dos edifícios e dos assistentes operacionais. Recordou que o Município de Amarante resistiu inicialmente à assinatura da transferência de competências, explicando que os apoios previstos para intervenções de eficiência energética eram insuficientes face às necessidades existentes. Como exemplo, referiu o Centro de Saúde de Amarante, cuja intervenção estima ultrapassar os 1.200.000€, quando o financiamento inicialmente previsto rondava os 400.000€, obrigando o Município a suportar a diferença com recursos próprios. Referiu igualmente a intervenção em curso no Centro de Saúde de Várzea, salientando que também nesse caso o Município terá de assumir encargos adicionais para além do financiamento recebido. Acrescentou que, apesar de estas situações nem sempre serem valorizadas no debate político, representam encargos significativos para o orçamento municipal. Referiu ainda que o Município continua a suportar despesas relacionadas com a Unidade de Saúde Familiar Amadeo de Souza-Cardoso, designadamente custos com manutenção, energia, água, saneamento, limpeza,

entre outros, apesar de algumas situações relacionadas com a transferência de competências ainda não se encontrarem totalmente regularizadas. -----

-----Sublinhou igualmente que os encargos com os assistentes operacionais têm aumentado, quer na área da saúde quer na educação, uma vez que os rácios financiados pelo Estado nem sempre correspondem às necessidades efetivas dos estabelecimentos, obrigando o Município a assegurar recursos humanos adicionais. Considerou que esta realidade contribui para o aumento das despesas correntes e deve ser tida em conta na análise das contas municipais. -----

-----Retomando a questão da habitação, afirmou que o executivo municipal está plenamente à vontade para prestar esclarecimentos sobre os projetos concretizados e aqueles que não avançaram, considerando que a informação disponível demonstra transparência e rigor na execução da Estratégia Local de Habitação. -----

-----Respondendo à questão anteriormente colocada pelo Senhor Nuno Freitas sobre o programa "Habit'Amarante", reconheceu que os resultados obtidos ficaram aquém das expectativas iniciais. Explicou que o programa foi criado com o objetivo de aumentar a oferta de habitação a custos acessíveis, procurando mobilizar habitações devolutas para o mercado de arrendamento. No entanto, os limites máximos de renda definidos pelo programa, apesar dos benefícios fiscais associados para os proprietários, revelaram-se pouco atrativos face aos valores atualmente praticados no mercado. Referiu que o programa registou apenas um número reduzido de adesões e considerou que, embora esteja bem concebido, os valores máximos permitidos para as rendas deveriam ser revistos, de forma a aumentar a sua atratividade. Recordou que os Censos de 2021 identificaram cerca de três mil habitações devolutas no concelho de Amarante e que o objetivo do programa passava por conseguir captar uma pequena parte desse universo para o mercado de arrendamento acessível. Reconheceu, contudo, que muitas dessas habitações não possuem condições adequadas ou pertencem a emigrantes que pretendem mantê-las para utilização própria. -----

-----Relativamente ao aumento da despesa na rubrica de prestação de serviços, esclareceu que uma parte significativa desse crescimento resulta dos encargos com a Resinorte e com a empresa responsável pelos serviços de recolha de resíduos e limpeza urbana. -----

-----Reconheceu o impacto financeiro dessas despesas no orçamento municipal, mas defendeu que os benefícios obtidos em termos de qualidade de vida da

população justificam o investimento realizado, considerando que essa melhoria é amplamente reconhecida pelos amarantinos. -----

----- Por fim, deixou uma palavra de reconhecimento aos serviços financeiros do Município. Referiu que, durante o último ano, ocorreram alterações significativas na estrutura responsável pela área financeira, incluindo a saída do anterior responsável financeiro. Destacou, contudo, o trabalho desenvolvido pelos serviços municipais, sublinhando que o mesmo foi igualmente reconhecido pelos Revisores Oficiais de Contas, quer através das conclusões apresentadas, quer dos elogios efetuados ao rigor e à confiança transmitidos pelo Município de Amarante no âmbito da prestação de contas. -----

----- Concluiu deixando um agradecimento e um voto de reconhecimento à Senhora Chefe da Divisão Financeira e aos respetivos trabalhadores envolvidos na elaboração da prestação de contas. -----

----- A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou aprovar, por maioria, conforme deliberação da Câmara Municipal, os documentos finais de prestação de contas do ano de 2025, dos quais constam os elementos identificados no ponto B da informação da DFP, bem como, aprovar o Relatório de Gestão e Contas do ano de 2025 e o inventário dos bens, direitos e obrigações do Município, tudo em conformidade com o estabelecido no ponto 4.1 da Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas, e ainda de acordo com os seguintes elementos que daqueles documentos resultam: -----

Balço -----

Total do ativo: 189.037.560,41 € -----

Total património líquido/capital próprio/fundo social: 155.078.394,72 € -----

Total passivo: 33.959.165,69 € -----

Demonstração de Resultados (DR) -----

Total de Rendimentos: 54.627.607,42 € -----

Total de Gastos: 51.656.171,62 € -----

Resultado Líquido: 2.971.435,80 € -----

Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC) -----

Total de Recebimentos: 66.420.408,55 € -----

Total de Pagamentos: 61.575.841,67 € -----

Desempenho orçamental (DDO) -----

Total de Recebimentos: 66.420.408,55 € -----

Total de Pagamentos: 61.575.841,67 € -----
Saldos iniciais e finais do desempenho orçamental -----
Saldo inicial de operações orçamentais: 11.139.735,18 €-----
Saldo final de operações orçamentais: 15.984.302,06 € -----
Saldo inicial de operações de tesouraria: 1.938.154,04 €-----
Saldo final de operações de tesouraria: 2.233.882,45 € -----
Mais deliberou, aprovar a aplicação do resultado líquido do exercício positivo (2.971.435,80€) do ano de 2025, 95% em resultados transitados (2.822.864,01€) e 5% em reservas legais (148.571,79€).-----
-----Esta deliberação foi tomada por 34 votos a favor, 19 abstenções, do Grupo Municipal do PS, e 0 votos contra. Encontravam-se presentes todos os 53 membros que compõem a Assembleia Municipal. -----
-----A presente deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes os 53 membros que compõem a Assembleia Municipal. -----
----- **4 - Contratos de colaboração para execução de obras de reconstrução e reabilitação do património e das infraestruturas municipais danificadas pelas intempéries** - (Registo n.º 3156/2026/04/16). -----
-----**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Ricardo,** referiu que o ponto em discussão ilustrava bem a existência de circunstâncias imprevistas e contingências que surgem no decurso da gestão municipal, as quais obrigam à adoção de soluções adequadas para responder às necessidades identificadas. -----
-----A propósito das intervenções anteriormente referidas, designadamente relacionadas com a EN15, explicou que o Município continua a executar diversas obras, algumas delas de menor dimensão, mas igualmente necessárias para a resolução de problemas concretos nas freguesias. Nesse contexto, informou que, numa reunião realizada na segunda-feira anterior com os Senhores Presidentes de Junta, foi proposta a celebração de protocolos de colaboração assentes em estimativas previamente elaboradas pelos serviços técnicos municipais. Esclareceu que a solução encontrada consiste na formalização dos respetivos protocolos, permitindo que as Juntas de Freguesia procedam diretamente à execução das intervenções necessárias, evitando assim a demora associada ao lançamento de procedimentos concursais e garantindo uma resposta mais célere às necessidades identificadas. Referiu que as obras em causa dizem respeito, maioritariamente, a

pequenas intervenções de reparação, nomeadamente reconstrução de muros e correção de derrocadas provocadas pelas intempéries ocorridas no mês de fevereiro. Acrescentou que, apesar de se tratarem de intervenções individualmente de reduzida dimensão, o valor global das mesmas ascende a cerca de 200.000€. Informou ainda que algumas intervenções já foram lançadas, enquanto outras serão executadas diretamente pelo Município, através de administração direta. -----

-----Por fim, agradeceu a compreensão, disponibilidade e colaboração demonstradas pelos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, considerando que o entendimento alcançado permitiu encontrar soluções eficazes para responder aos problemas identificados, em benefício das populações e das comunidades locais.----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração dos contratos de colaboração para execução de obras de reconstrução e reabilitação do património e das infraestruturas municipais danificadas pelas intempéries, conforme deliberação da Câmara Municipal. Encontravam-se presentes os 53 membros que compõem a Assembleia Municipal.-----

-----A presente deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes os 53 membros que compõem a Assembleia Municipal. -----

-----**5 - Contratação de seguros do Município – Fixação dos valores das coberturas** - (Registo n.º 303/2026/01/13).-----

-----Não houve inscrições para usar da palavra.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 17.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade, fixar os seguintes limites de cobertura do seguro de acidentes pessoais dos membros deste Órgão: -----

1. Para o Presidente da Assembleia, em caso de:-----
 - 1.1 - Morte ou Invalidez Permanente - € 250 000,00; -----
 - 1.2 - Incapacidade Temporária - 105,00 €/dia-----
 - 1.3 - Despesas de Tratamento e Repatriamento - 30.000,00 €;-----
 - 1.4 - Despesas Funeral - € 6 500,00.-----
2. Para os membros da assembleia, em caso de: -----
 - 2.1 - Morte ou Invalidez Permanente - € 250 000,00; -----
 - 2.2 - Incapacidade Temporária - 105,00 €/dia-----

2.3 - Despesas de Tratamento e Repatriamento - 25.000,00 €;-----

2.4 - Despesas Funeral - € 5 000,00.-----

-----Encontravam-se presentes os 53 membros que compõem a Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes os 53 membros que compõem a Assembleia Municipal -----

----- **6 - Afetação de parcela de terreno ao domínio público municipal** - (Registo n.º 5288/2026/03/10). -----

-----Não houve inscrições para usar da palavra.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou, por unanimidade, aprovar a afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno identificada no processo, com a com a área de 512m², de acordo com a deliberação da Câmara Municipal. Encontravam-se presentes os 53 membros que compõem a Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada, por unanimidade, em minuta para surtir efeitos imediatos. Encontravam-se presentes os 53 membros que compõem a Assembleia Municipal -----

----- **7 - Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações | Relatório anual | 2025** - (Registo n.º 2102/2026/03/11) - Para conhecimento; --

-----Não houve inscrições para usar da palavra.-----

-----Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

----- **8 - Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas | Relatório de avaliação anual | 2025** - (Registo n.º 3061/2026/04/14) - Para conhecimento. -----

-----Não houve inscrições para usar da palavra.-----

-----Este assunto foi presente a reunião, somente para conhecimento, não havendo lugar a deliberação.-----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, quando eram vinte e três horas e quarenta minutos.

-----Da presente reunião foi lavrada esta ata, que, depois de lida e aprovada, por unanimidade, na sessão ordinária de 24.06.2026, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos seus Secretários. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA



O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Carlos Marques da Silva Almeida

A SEGUNDA SECRETÁRIA

Cláudia Daniela Costa Silva